

REVISTA

TRANSPARÊNCIA

PUBLICAÇÃO DO IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

ANO 11 Nº 40 R\$ 30,00

Planos e compromissos da nova Diretoria do Ibracon

Gestão 2021/2023

ADRIANA MURATORE

A coordenadora do PDeC fala sobre a importância de ampliar a presença feminina nos Conselhos das empresas

PIX

Uma reportagem completa para elucidar as dúvidas e saber o que está vindo por aí!

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O especialista Emerson W. Dias coloca em xeque as “verdades” associadas a este tema



Tartaruga marinha, utiliza diferentes ambientes ao longo da vida implicando em mudança de hábitos. No mundo existem apenas sete espécies, sendo cinco delas encontradas no litoral brasileiro.

Você está preparado para esse mundo em constante evolução?

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 500 escritórios em 80 países.



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



Independent Member of
B K R
International



55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG

novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br | www.lopemachado.com

Legado e futuro

Nesta edição da Revista Transparência, a partir da página 26, trazemos uma matéria especial que descreve parte das realizações que a nova Diretoria do Ibracon (Gestão 2021/2023) pretende concretizar ao longo dos próximos anos.

São projetos, desafios e compromissos que dizem respeito à boa condução do Instituto e à valorização da Auditoria Independente. Também, estão conectados ao que a sociedade busca e fiéis ao caminho sólido traçado pelos nossos antecessores: firmes na defesa da ética, das boas práticas e da busca pela excelência, que hoje também pressupõe o comprometimento com as questões ambientais, de inclusão social e boa governança.

Neste número, trazemos o perfil de Eduardo Pocetti, que após dois mandatos consecutivos à frente do Conselho de Administração do Ibracon foi sucedido por Francisco Sant'Anna, anterior presidente da Diretoria Nacional. A ambos, os agradecimentos e o registro de que suas contribuições terão valor inestimável para que o Ibracon possa seguir a sua missão.

Vivemos hoje um momento atípico. A pandemia nos impõe perdas, luto e incertezas. Mas é também um momento promissor, porque a resiliência e a possibilidade de vencer os obstáculos trazem oportunidades. E para falar de superação e mudanças, temos a Adriana Muratore, coordenadora do Programa Diversidade em Conselho, nossa entrevistada desta edição.

Inovação e superação, vale a pena ressaltar, estão no DNA do Ibracon: 2021 marca o cinquentenário do Instituto e teremos oportunidade de realizar muitas ações que nos permitirão revisitar episódios decisivos e trabalhar no papel essencial da nossa organização para o aprimoramento da profissão e para o amadurecimento do mercado. Parte dessas lembranças é compartilhada conosco pelos entrevistados da seção Memória; ao mesmo tempo, a reportagem sobre o PIX enfatiza a importância da tecnologia, da desburocratização e da interação entre mercado, entes reguladores e governo para que antigos problemas recebam soluções satisfatórias.

E é assim, com o olhar no futuro e fazendo do legado a nossa matéria-prima, que o Ibracon pretende escrever um novo capítulo de sua história.

Uma boa leitura a todos!

Nesta Edição



26

Nova Gestão do Ibracon

Francisco Sant'Anna passa a presidir o Conselho de Administração e Valdir Coscodai assume a presidência Nacional

Adriana Muratore

A coordenadora do Programa Diversidade em Conselho fala sobre a ampliação da presença feminina nos Conselhos das empresas

6



Pix

Conversamos com especialistas do Banco Central e da Febraban para elucidar dúvidas e descobrir as novidades que, em breve, podem tornar a solução ainda mais completa



12

Eduardo Pocetti

O auditor, que acaba de deixar a presidência do Conselho de Administração do Ibracon, fala da profissão, família e aposta que o Auditor terá papel estratégico cada vez mais relevante



18

Artigo exclusivo

O especialista Emerson W. Dias garante: a verdadeira educação financeira está longe de ser praticada de fato – e isso vale para os “especialistas” que deveriam dar exemplo ao público



32

Relações do Trabalho

Assinatura eletrônica, armazenamento digital, legislação: o que é necessário saber para transitar sem sobressaltos em um mundo marcado pela rápida transformação tecnológica



38

“Temos que impactar o mercado para criar Conselhos diversos”

Adriana Muratore é a Cordenadora do Programa Diversidade em Conselho (PDeC), iniciativa que está na vanguarda da expansão da equidade de gênero no mundo corporativo

Desde junho de 2020, a executiva coordena o Programa Diversidade em Conselho (PDeC), uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), da B3 (Bolsa de Valores), da International Finance Corporation (IFC), da Women Corporate Directors (WCD) e da consultoria Spencer Stuart.

Trata-se de um trabalho de vanguarda e, conforme Adriana, extremamente necessário. Aliás, ela ressalta que a diversidade de gênero nos Conselhos deve contemplar três pilares: o primeiro é a absorção de conhecimento de pessoas com habilidades e convivências diversas; o segundo, a possibilidade de a equidade também ser lucrativa – ela calcula que a absorção de mulheres poderá incrementar a economia mundial em US\$ 8 trilhões;

e o terceiro pilar é a capacidade de as empresas se adaptarem ao aumento da diversidade.

Apesar dos avanços, Adriana admite que a evolução da participação das mulheres em Conselhos no Brasil ainda deixa muito a desejar. “Evoluímos em termos de assentos de mulheres em Conselhos; subimos um pouco, mas continuamos em 11,5%, segundo o estudo Brasil Spencer Stuart Board

têm pelo menos uma mulher em seus quadros, contra 53% do ano anterior”, afirma.

Adriana alerta que é preciso compartilhar com o mercado esses perfis de mulheres preparadas pelo PDeC, “porque nós ouvimos muito no passado que não existiam mulheres preparadas para essas cadeiras de Conselho. Temos aqui um banco muito grande, de vários tipos de perfil. Basta o mercado procurar a gente”, afirma.

Confira a entrevista exclusiva de Adriana Muratore para a Revista Transparência.

EVOLUÍMOS EM TERMOS DE ASSENTOS DE MULHERES EM CONSELHO, MAS CONTINUAMOS EM 11,5%, SEGUNDO O BRASIL SPENCER STUART BOARD INDEX

Index, da Spencer Stuart – um avanço tímido em relação a 2019 (10,5%) e 2018 (9,4%). Países europeus têm uma taxa de participação de 30% ou mais. Mas, hoje, 57% do total de Conselhos

RT – Comente sobre sua carreira profissional: em algum momento, o fato de ser mulher constituiu um empecilho a avanços e promoções?

AM – Promoções, que eu saiba, não. Mas acredito que tive menos oportunidades intrínsecas e precisei me empenhar mais do que os meus concorrentes para as mesmas vagas e oportunidades. Porém, eu sempre soube por onde navegar e isso me permitiu ser pioneira em diversas funções. Aprendi a navegar em um mundo muito masculino sem ter uma clara consciência do que a gente passava. No



Foto: divulgação

passado, a discussão sobre equidade de gênero não era palatável para o empregador e eu não tinha muito com quem trocar opiniões. Havia poucas mulheres na carreira. Quando você conhece a empresa em que está, os caminhos que você pode trilhar, fica mais fácil identificar as barreiras. Muitas empresas são tão predominantemente masculinas que demora até surgir alguém que banque o seu nome dentro da organização. Porque você tem que ter muito *track records* (*histórico de desempenho*); tem que provar que é uma guerreira em uma virada, ou em uma situação de pouco *budget*, ou em cenários de turbulência, para se posicionar em uma arena que costuma ser mais natural para os homens.

RT – Fale um pouco mais sobre o seu pioneirismo.

AM – Eu fui a primeira diretora de *trade marketing* e primeira diretora de vendas na Unilever, comandando três mil homens. Nesse período, eu tive muitos pares homens e demorou para que eu começasse a ter pares mulheres. Quando me tornei mais sênior, competindo em C-level e até para a posição de CEO, percebi a existência de certas variáveis que impediam o desenvolvimento profissional das mulheres. O relacionamento masculino, por exemplo: eu não jogava futebol, nem golfe, nem tomava chope... E o relacionamento é uma coisa que pesa muito no C-level. Às vezes, meu marido me acompanha em eventos ou

reuniões de negócios, nos quais eu era a única mulher. Era engraçado porque as pessoas me chamavam para a roda das mulheres, e não para a roda dos meus pares. Hoje, é verdade, as coisas são mais pleiteáveis, embora o cenário geral tenha mudado pouco. Mas o nosso papel é dar a mão para as pessoas que querem mudar.

RT – Você costuma se posicionar publicamente sobre essas questões de inclusão e gênero?

AM – Eu participei de uma *live* promovida pelo Valor Econômico na qual falei

**A DIVERSIDADE
AGREGA AMPLITUDE DE
ESCOPO E AMPLITUDE
NAS SOLUÇÕES, NA
MITIGAÇÃO DE RISCO**

sobre diversidade de gênero. Na ocasião, ressaltai a existência de três pilares importantes: em primeiro lugar, é muito mais rico você absorver conhecimentos de pessoas diferentes, convivências diferentes e habilidades diferentes, do que adquiri-lo ao longo do tempo para depois julgar um problema, uma situação, uma solução etc. Então, a diversidade agrega amplitude de escopo e amplitude nas soluções, na mitigação de riscos; em segundo lugar, se houver uma equidade salarial entre mulheres e homens, teremos um incremento de US\$ 8 trilhões

na economia mundial. Por que não ampliar o número de empregos, o impacto social e o impacto econômico no escopo global? Claramente, isso poderia beneficiar a todos; em terceiro lugar, mencionei a velocidade. Ela tem dois vetores: o externo ao seu negócio, ou seja, a forma como o mercado está acelerando na diversidade, e a interna. Em relação à velocidade externa, o gestor deve se questionar: eu estou atento a isso? Serei engolido por essa velocidade? Em relação à velocidade interna, é necessário perguntar-se quão ambicioso você está sendo dentro do seu próprio negócio. Então, estamos falando de *performance*, potencial econômico e velocidade da sociedade.

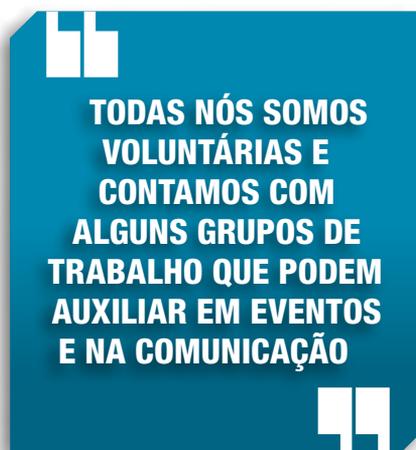
RT – Como foi sua aproximação com o IBGC e quais têm sido as suas contribuições para a consolidação do PDeC?

AM – O IBGC é uma das cinco organizações que desenvolvem o programa diversidade em Conselhos. Eu fui mentorada no início do programa, que tem sido extremamente impactante. Entendi que eu deveria devolver para o programa um pouco do que recebi, por isso me empenhei no voluntariado. Quando eu fui entrevistada, perguntei aos presidentes das cinco organizações – IBGC, B3, FC, Spencer Stuart e WCD – se eles estavam dispostos a implementar a minha velocidade e me dar autonomia para fazer mudanças. Fui muito bem aceita, e por isso ingressei.

RT – Por favor, descreva detalhadamente as atribuições e a missão do

PDeC. A senhora considera que a iniciativa já vem rendendo frutos?

AM – Nosso objetivo é levar melhores resultados para as empresas brasileiras por meio da governança corporativa e da promoção da diversidade. É preciso corrigir o fato de que sempre se coloca o econômico à frente da diversidade *per se*. No entanto, ela é um veículo para se alcançar



performance, e não uma meta *per se*. Esse é o nosso propósito: estimular esse repensar, esse reposicionamento. Nós queremos aumentar o número de mulheres presentes em Conselhos e já estamos no sexto ano do programa. Eu lidero a turma cinco.

RT – O PDeC prepara as mulheres diretamente para o mercado?

AM – O PDeC é constituído de algumas particularidades. Primeiro, vale a pena dizer que, na turma quatro, nós tivemos 260 candidatas para 35 vagas; na turma cinco, tivemos quase 800 candidatas. Desde março, começamos a estruturar a marca, que tem uma logotipia específica, um *branding* mais forte.

Queremos que ela seja uma marca aspiracional, tanto para as mulheres que querem ser conselheiras quanto para o mercado que quer buscar mulheres conselheiras. Realizamos palestras sobre governança, sobre dilemas do presidente do Conselho de Administração, tecnologia. Trouxemos para as mentoradas um curso de 20 horas desenvolvido pelo IBGC, que lineariza o conhecimento de mercado de capitais e governança corporativa. Também começamos um programa de mentoria em que cada profissional selecionada tem um mentor. São mentores muito qualificados, grandes nomes do mercado.

RT – Como funciona essa mentoria?

AM – Durante 12 meses, a dupla de profissional e mentor tem pelo menos seis encontros e cria uma metodologia de entrega. Além de ajudarem em questões básicas, no fluxo, na crítica e na trajetória, mentores e mentoradas abrem portas em empresas de *executive searching*, para a presidência de algum Conselho etc. Há ainda as palestras e os eventos para todos os alunos e mentores. Isso cria uma sensação de pertencimento ao PDeC.

RT – Quem pode participar do PDeC? A pessoa que recebe mentoria arca com algum custo?

AM – O programa é totalmente digital, o que favorece sua ampliação. Hoje nós temos oito estados representados dentro do programa, de diferentes segmentos de atuação, e contamos com uma boa diversidade étnica e racial, embora esta última ainda esteja aquém dos nossos objetivos. Duas mulheres que participam do programa

moram fora do Brasil. Então, aquelas que desejarem ter cadeira em Conselho, que se sentirem preparadas para esse desafio e já tenham ocupado cargos de C-level, são bem-vindas a este programa.

RT – De que forma cada uma das entidades do PDeC contribui para que a diversidade em Conselhos seja de fato alcançada?

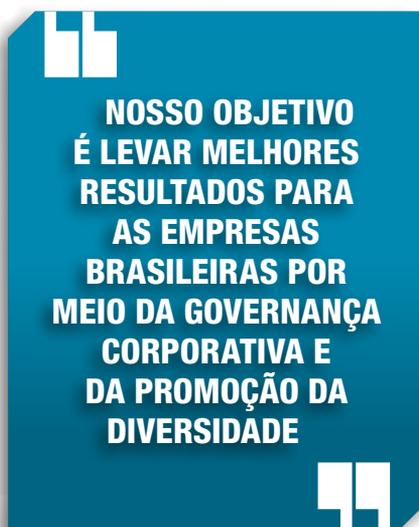
AM – Cada entidade tem a sua expertise. O IBGC, por exemplo, aborda todos os assuntos de governança; quando o tema é mercado de capitais e empresas de capital aberto, a B3 é quem nos traz esse conhecimento e a navegabilidade; a IFC, que é do Banco Mundial, tem um escopo muito grande de assuntos, abarcando o conhecimento empresarial como um todo; a Spencer Stuart nos ajuda a seleção das turmas; e a WCD, que é um braço da KPMG, é a primeira organização mundial que trata especificamente da questão das mulheres em Conselhos. Cerca de 70% das mulheres que estão no PDeC também são associadas à WCD.

RT – Quantas mulheres já estiveram sob a mentoria do Conselho? E quantas delas efetivamente integram hoje os Conselhos de suas respectivas organizações?

AM – Nós estamos neste exato momento fazendo uma análise, atualizando esses dados por meio de uma pesquisa. Mas posso afirmar que, em 2020, 40% das mulheres que passaram pela nossa mentoria ocupavam cargos nos Conselhos das suas respectivas organizações.

RT – A pandemia impactou as atividades dos Conselhos? Em caso positivo, como a senhora descreveria esse impacto?

AM – Em geral, os Conselhos aproximaram-se muito mais do dia a dia dos executivos, para ajudar nas soluções e minimizar riscos. Também houve uma aceleração absurda da transformação digital, o que exigiu que os



Conselhos estivessem preparados para uma discussão mais tecnológica, mais de ferramental, abordando mudanças que de outra forma não teriam se tornado tão urgentes. Ou seja, a pandemia demandou que os Conselhos desenvolvessem, com rapidez, um entendimento desse mundo digital e das transformações necessárias. Um terceiro assunto de grande importância e impacto é a implementação da agenda ambiental, social e de governança (ASG), que passou a ser o segundo assunto mais falado no meio empresarial, superado apenas pela revolução digital. Os Conselhos

têm sido desafiados a achar as soluções para o ambiental, o social e a governança. Essa é uma discussão urgente e, nesse ponto, o nosso programa está no lugar certo e no momento certo. Foi muito bom a gente ter alavancado o PDeC, porque era isso que o mercado estava buscando. Outro ponto sensível dos Conselhos eu acho que é “gente”. As discussões sobre como fazer gestão de equipes, como lidar com o lado humano em um momento como este e como enfrentar essa loucura de ter o funcionário disputando sua atenção com filho, cozinha, com alguém doente etc. Emocionalmente, nós estamos no limite da resiliência. Então, os Conselhos são grandes terapeutas em muitos casos também. Eu sou consultora e, na consultoria, houve muitos momentos, ao longo desses últimos 12 meses, em que precisamos atuar de uma maneira quase terapêutica, levando cenários e gatilhos emocionais positivos. Eu acho que esse é o papel de todo mundo, principalmente dos Conselhos.

RT – Em comparação com outros países, como a senhora avalia a participação de mulheres nos Conselhos de organizações brasileiras?

AM – Em termos de gênero, o Brasil evoluiu pouco. Por um lado, ampliamos o número de mulheres em assentos de Conselho; por outro, quando esses números são traduzidos em percentuais, constatamos que as mulheres ocupam somente 11,5% do total de assentos, segundo o Brasil Spencer Stuart Board Index, da Spencer Stuart – um avanço

tímido em relação a 2019 (10,5%) e 2018 (9,4%). Há apenas 11 mulheres em posições de *chair* ou *co-chairs*: havia 12 em 2019. Além disso, 109 Conselhos (57% do total) contam atualmente com a participação de pelo menos uma mulher, contra 53% do ano anterior. Enquanto isso, temos países europeus nos quais a participação de mulheres em Conselhos é de 30% a 40%.

RT – Em sua área original de atuação, a representação feminina em Conselhos pode ser considerada satisfatória?

AM – Eu venho do ramo de consumo e varejo. Se você verificar o *ranking* das 300 principais empresas varejistas do Brasil, só 80 têm Conselhos.

de 90 mil lojas no Brasil. Das 33 milhões de pessoas com carteira assinada no país, 26% estão no varejo. Então, temos que disputar as cadeiras existentes, mas também impactar o mercado brasileiro para criar Conselhos e melhor *performance* por meio da governança. É o outro lado da moeda.

RT – A senhora gostaria de deixar uma mensagem para as organizações?

AM – Certamente sim! Eu queria dizer que nós temos o banco da WCD, com cerca de 200 mulheres à disposição do mercado; a gente tem o banco de mentoradas e conselheiras do PDeC; e também o banco de mulheres certificadas do IBGC. ✓

**EM 2020, 40%
DAS MULHERES QUE
PASSARAM PELA
NOSSA MENTORIA
OCUPAVAM CARGOS
NOS CONSELHOS DAS
SUAS RESPECTIVAS
ORGANIZAÇÕES**

Dentre as 20 maiores varejistas, 13 têm Conselhos; se olharmos só para as 10 maiores, nove têm essa participação. Então, há uma correlação objetiva e intrínseca entre melhor *performance*, melhor governança e melhor resultado. O varejo tem mais



Foto: divulgação

Deloitte.



Auditoria de qualidade com experiência inovadora

A transformação dos negócios alcançou um patamar inédito de intensidade e complexidade, impulsionada por novas tecnologias, mudanças regulatórias, fluxo veloz de informações, modelos operacionais diversificados e preocupação crescente com riscos. A Deloitte assume o compromisso de entregar a experiência diferenciada que as organizações esperam vivenciar nos trabalhos de auditoria.

www.deloitte.com/auditoriabrasil

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.





No final de 2020, o BC disponibilizou o Pix, que agiliza a transferência de recursos e a realização de pagamentos. A seguir, elucidamos dúvidas sobre o tema e revelamos as novidades que podem ser implementadas nos próximos meses, tornando o serviço ainda mais completo

Nunca foi tão fácil!

Transferência de dinheiro entre diferentes bancos efetivada em poucos segundos, independentemente de dia ou horário; isenção de taxas para pessoas físicas; maior segurança e rapidez para fechar negócios: estas e outras vantagens contribuíram para a rápida popularização do Pix, instrumento para efetuar transferências e pagamentos disponibilizado pelo Banco Central (BC) em 16 de novembro de 2020.

Apesar de todos os pontos positivos e de ter obtido adesão maciça e rápida por

parte da população, alguns usuários ainda têm algumas dúvidas relativas à segurança desse tipo de operação: será que os dados do correntista estão realmente seguros? Existe algum risco de o sigilo bancário ser violado, uma vez que o BC acompanha cada uma das transações efetuadas? Como se manter a salvo de fraudes, visto que essas tendem a se disseminar cada vez que algo novo surge no mercado?

Para responder a essas e outras questões, a Revista Transparência conversou com Angelo Duarte, chefe do

Shutterstock

Departamento de Competição e Estrutura do Mercado Financeiro do BC.

“SÓ USE O PIX NO APP OU INTERNET BANKING DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OU DE PAGAMENTO”

Em relação à proteção contra fraudes, Duarte ressalta: quem oferece o serviço do Pix aos cidadãos e às empresas é a instituição financeira ou uma instituição de pagamentos. “Trata-se apenas de mais um tipo de transação que o consumidor pode fazer utilizando o aplicativo do banco que ele já utiliza. Portanto, o grau de segurança é altíssimo”, ele tranquiliza. “Quando o Pix começou a ser concebido pelo BC, o aspecto de segurança foi priorizado. Justamente por isso, algumas funcionalidades imaginadas no início do projeto sequer foram implementadas”, esclarece.

Duarte ressalta que a primeira barreira de segurança está no próprio celular, que pode ser travado e funcionar mediante o uso de senha, comando de voz ou impressão digital do usuário. “A segunda linha de defesa é oferecida pelas instituições financeiras, que fazem um cuidadoso tratamento de prevenção à fraude”, ele acrescenta. “Se a instituição desconfiar de determinada operação, poderá retê-la por até 30 minutos durante o dia ou 60 minutos durante a noite. Por exemplo: se determinado usuário sempre faz transferência de um valor baixo e, de repente, tenta transferir um volume de dinheiro 50 vezes maior que o habitual, o sistema entrará em alerta e a transação poderá ser inviabilizada”, explica.

“Todas as transações com Pix trafegam por meio de uma rede dedicada, que é a rede financeira nacional. Os dados são criptografados”, prossegue o especialista. “Vale lembrar que, além da equipe técnica do BC, as instituições financeiras participam muito da construção do Pix, porque todas têm uma imagem a zelar, além de prezarem pela segurança jurídica”, salienta.

Então, o que existe de real em termos de riscos com fraudes?

“Há golpes costumeiros, em que as pessoas aproveitam o fato de o Pix estar em evidência e enviam convites para cadastrar a senha, geralmente com o intuito de adquirir crédito em nome da vítima”, informa Duarte. Cabe ao usuário não cair em armadilhas do tipo “clique aqui e ganhe milhas”, ou “preencha com seus dados e concorra a milhões”. Ele reforça o recado: “Só se deve utilizar o Pix no app ou *internet banking* da instituição financeira ou de pagamento.”

Quanto à questão da segurança de dados, vale elucidar que o BC tem e sempre teve acesso a todas as transações financeiras, inclusive às efetuadas com cartões de crédito, mas tais informações são protegidas pela Lei do Sigilo Bancário.

ISENÇÃO DE TAXAS

Para as operações entre pessoas físicas, o Pix é gratuito. Já os métodos anteriores de transferência de recursos para diferentes bancos, principalmente o Documento de Ordem de Crédito (DOC) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED), tinham um custo.

As operações efetuadas por pessoa jurídica via Pix estão sujeitas a cobranças de taxas (*veja mais detalhes na página 16*).

Mas, se o Pix entre pessoas físicas é grátis, isso pode impactar a receita dos bancos? Duarte responde que sim, mas faz uma ressalva: “o Pix agrega à instituição financeira uma série de funcionalidades e gera satisfação na clientela. Isso é bom.”

Duarte também ressalta que existem pessoas e pequenos estabelecimentos que não fazem uso de toda a cesta de produtos oferecida pelas instituições financeiras. Normalmente, abrem uma conta corrente ou de poupança para receber e efetuar pagamentos. “É um público que só utiliza o cartão de débito, que os bancos são obrigados a fornecer gratuitamente”, elucida. “O Pix atende plenamente essa clientela e os bancos podem se beneficiar

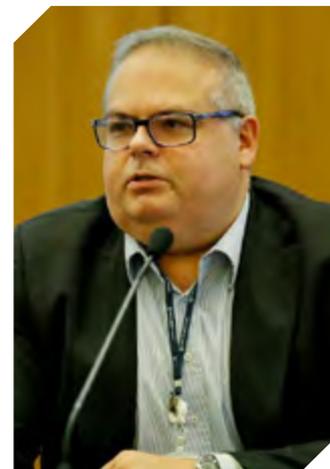


Foto: Rafael Ribeiro, BC

Angelo Duarte



Foto: arquivo pessoal

André Dala Pola

DESBUROCRATIZAR É DEMOCRATIZAR O ACESSO PARA PLAYERS E CLIENTES

André Dala Pola, do Grupo de Trabalho Instituições Financeiras do Ibracon, considera que iniciativas que desburocratizem a realização de operações e possibilitem a entrada de novos *players* no mercado financeiro abrem um leque de possibilidades que beneficiam principalmente os clientes, visto que estes ganham mais opções para realizar suas operações financeiras. “Consequentemente, esse tipo de iniciativa propicia uma nova dinâmica à concorrência”, ele afirma. “Ao mesmo tempo, podem surgir novos processos e riscos que precisam ser gerenciados”, pondera.

Ele ressalta que, com a implementação do Pix, temos benefícios, como a isenção de tarifas para pessoas físicas e liquidação imediata das transações, fatores que auxiliam a gestão financeira de prestadores de serviços e lojistas, por exemplo. Mas o número de desbancarizados ainda é significativo: “embora nosso sistema financeiro seja

considerado moderno, seguro, verdadeira referência para diversos países, existe um volume interessante de pessoas que não são bancarizadas* por vários motivos”, afirma Pola. “Um deles é o custo para participar do sistema financeiro, e o Pix ajuda diretamente nessa questão.”

Outro ponto que o membro do Grupo de Trabalho ressalta é que o Sistema Financeiro Nacional está passando por uma transformação profunda, com os bancos tradicionais reduzindo a quantidade de agências, incentivando o uso dos canais digitais e investindo em novas estruturas, tais como os bancos digitais e os *e-wallets*. “Também temos a entrada das *fintechs*, com novos modelos de negócios e de relacionamento com clientes”, diz. “Tais instituições têm chamado atenção pelo nível de inovação e crescimento exponencial de suas bases de clientes. Somado a isso, existe um movimento do BC no sentido de introduzir inovações como o Pix e o *open banking*, gerando nova dinâmica no sistema financeiro”, declara.

Na avaliação do especialista, essa transformação proporcionará aos clientes uma nova experiência ao se relacionarem com o sistema financeiro e com produtos diferenciados, realizados de forma digital e em tempo real. “Os clientes verão que suas informações históricas e cadastrais terão um peso diferente na precificação e oferta de produtos pelas instituições financeiras”, conclui.

* O cruzamento do número de bancarizados com a estimativa da população brasileira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que cerca de 36 milhões de brasileiros ainda ficam de fora do sistema financeiro. Os dados são de 2020.



com esse imediatismo das operações. Ou seja, tiramos uma ‘lasquinha do bolo das receitas’, mas aumentamos a quantidade de transações eletrônicas na economia, o que é benéfico para o mercado como um todo”, afirma.

Outro ponto para o qual Duarte chama atenção é a possibilidade de os bancos oferecerem inovações com base no Pix. “Tem instituições que integram com agenda telefônica, por exemplo. Outras fazem uma agenda dos últimos Pix que foram emitidos. Há também a possibilidade de implementar o pagamento por QR Code, algo extremamente interessante para o *e-commerce*. Isto é, cada instituição financeira pode realizar uma gama de

customizações com foco na sua clientela, transformando o Pix em mais um diferencial e fator de atração”, declara.

É POSSÍVEL CANCELAR UMA OPERAÇÃO?

Consultando rapidamente a Internet e as matérias publicadas sobre o lançamento do Pix, é possível notar algumas críticas à impossibilidade de cancelar uma transação já efetuada. Duarte é enfático: “o Pix é um meio de pagamento instantâneo, que leva os recursos do pagador para o recebedor em poucos segundos. O BC recebe um comando que transmite os recursos para o recebedor em segundos. Não faria sentido haver a possibilidade de estornar valores. A irreversibilidade é para



Foto: arquivo pessoal

Carolina Sansão

INICIATIVA PRIVADA TEVE PARTICIPAÇÃO ATIVA NO DESENVOLVIMENTO DO PIX

De acordo com Carolina Sansão, gerente de Inovação e Tecnologia da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os bancos privados colaboraram e apoiaram o BC na criação e desenvolvimento do Pix, além de terem participado

ativamente da agenda evolutiva do sistema de pagamentos instantâneos.

“A Febraban detém o secretariado do grupo de trabalho de segurança do Pix, coordenado pelo BC, junto com outros 20 participantes, que contribuem para o debate de segurança com vistas a mitigar potenciais riscos e ameaças ao produto”, afirma.

Carolina também salienta que a iniciativa privada está participando das discussões relativas ao desenvolvimento de novas funcionalidades para o Pix, com o objetivo de proporcionar comodidade cada vez maior aos usuários. “Também temos a meta de impulsionar as transações entre pessoas e empresas, reduzindo a necessidade de uso de dinheiro em espécie nas transações comerciais. Entre as iniciativas, teremos melhorias na experiência dos usuários com o Pix, além do mecanismo especial de devolução, que possibilitará a solicitação, em alguns casos, da devolução de transações já efetivadas”, ela explica.

Tudo sobre o Pix*

Preparamos o guia a seguir para elucidar todas as dúvidas que possam perdurar a respeito do Pix.

GRATUIDADE *VERSUS* COBRANÇA DE TARIFA

Para transferências digitais de pessoa física e microempreendedor individual (MEI), o Pix é gratuito. A cobrança de tarifa pode ocorrer no recebimento que configure uma operação de compra, por exemplo, de transações recebidas por QR Code dinâmico (que é um indicador de transação comercial) e no recebimento de mais de 30 transações mensais por conta. Há instituições financeiras, principalmente *fintechs*, que optaram por manter a gratuidade inclusive nestes casos.

CHAVES

Elas são a “identidade” do usuário, mais ou menos como os *nicknames* que usamos em redes sociais. Sua principal vantagem é facilitar e agilizar a transação: em vez de precisar de uma série de informações, tais como os números do banco, da agência e da conta do recebedor, além do seu número de cadastro de pessoa física ou jurídica (CPF/CNPJ), a chave é o que basta para identificar o recebedor. O pagador só precisará informá-la para realizar a transação.

A chave pode ser o e-mail, o número do celular ou o CPF/CNPJ do recebedor. Pode, também, ser gerada uma chave aleatória. Trata-se de uma combinação de números, letras e símbolos gerada pelo BC mediante a solicitação do usuário. A opção é oferecida pelos *apps* das instituições financeiras.

Pessoas físicas podem cadastrar até cinco chaves em uma conta. Para pessoas jurídicas, o limite é de 20 chaves.

É importante ter em mente que a mesma chave não pode ser cadastrada em duas instituições diferentes. Se, por exemplo, você optou por fazer do número do seu

CPF a chave no banco “A”, terá que usar outra opção, como o número do celular, o e-mail ou a chave aleatória, no banco “B”.

Mas existe a possibilidade de fazer a portabilidade da chave, ou seja, de migrá-la de uma instituição para outra. Essa alteração pode ser solicitada pelo próprio aplicativo a qualquer momento.

Também é possível mudar a chave sempre que houver mudança de e-mail ou de número de celular. Nesse caso, é necessário cadastrar as novas chaves e excluir as anteriores no gerenciador disponibilizado no app da instituição financeira.

Outro aspecto interessante é que, se acontecer de o seu número de celular ser usado como chave por outra pessoa (o que pode acontecer caso a linha tenha pertencido a outro cliente anteriormente), você poderá fazer a reivindicação de posse, desde que comprove a titularidade.

QR CODE

Existem dois tipos de QR Code: o estático e o dinâmico.

O estático permite fixar um preço ou deixar o valor para ser informado pelo pagador no ato da transação, e pode ser utilizado várias vezes, tornando desnecessária a geração de um novo código a cada venda realizada. Isso facilita muito as atividades de comerciantes e lojistas, principalmente na fidelização da clientela.

Já o QR Code dinâmico é gerado especificamente para cada transação e é indicado quando o estabelecimento utiliza sistema de automação, facilitando a conciliação dos pagamentos.

CONTA CONJUNTA

Os titulares da conta podem usar o Pix.

*Baseado nas informações disponibilizadas pelo site do Banco Central.

proteger o recebedor”, explica. “Se não posso suspender uma TED, uma operação no débito ou o pagamento de um boleto, por que haveria a possibilidade de cancelar o Pix?”, questiona. Por outro lado, o Pix oferece um mecanismo de devolução facilitado, pelo próprio aplicativo, assim, é possível que o usuário entre em contato com o recebedor e negocie a devolução.

NOVIDADES NO HORIZONTE

Duarte informa que há uma série de novas funcionalidades em desenvolvimento para aprimorar ainda mais o Pix. Algumas dessas novidades serão implementadas já no primeiro semestre de 2021.

E como isso vai funcionar?

“Esse serviço consistirá em operações de pequeno valor”, esclarece Duarte. “Vamos supor que você esteja no supermercado e queira sacar, por exemplo, 100 reais. Em vez de sair do estabelecimento e ir em busca de um caixa eletrônico, será possível, na hora de pagar as compras, solicitar ao caixa que debite 100 reais a mais via Pix e devolva esse montante como troco, em dinheiro vivo”, exemplifica.

Outra funcionalidade em estudo é o agendamento de contas. Pagamentos periódicos, como a mensalidade escolar, o plano de saúde e a prestação do carro poderão ser inseridos em uma espécie de agenda do Pix, que efetuará as quitações nas datas programadas. Para isso, será preciso saber apenas uma das chaves do recebedor, escanear o QR Code ou usar o NFC (*near field communication*).

“Além dos exemplos que eu citei, existem outras funcionalidades em estudo e discussão”, comenta Duarte. “O que eu quero dizer é que há uma agenda robusta de evolução do Pix para os próximos anos, com gente muito qualificada estudando soluções e apresentando propostas inovadoras”, conclui. ✓



No Brasil há 10 anos:
criando o futuro, juntos.

- DATEV Audit
- DATEV Diário
- DATEV Report
- DATEV Amostragem
- DATEV Data Analysis
- DATEV Consolidation
- DATEV Controle de Qualidade

Sinfopac Internacional, sua DATEV no Brasil.

 www.sinfopac.com  +55 (11) 42104868

Vocação que a vida despertou

Eduardo Pocetti, que em 2020 despediu-se do cargo de presidente do Conselho de Administração do Ibracon, fala de como ingressou na carreira de Auditor, aconselha os jovens a olharem com atenção para as possibilidades que as Ciências Contábeis oferecem e garante: “nossa profissão terá importância cada vez maior no delineamento estratégico das organizações”

“**E**u pensava em ser médico”, revela Eduardo Pocetti. A declaração surpreende. Aos 66 anos de idade, com uma carreira extremamente bem-sucedida – iniciou como *trainee* na PwC, cresceu na firma, tornou-se sócio da Trevisan, chegou a CEO da BDO Trevisan e aposentou-se pela KPMG –, Eduardo Pocetti sempre fala de maneira apaixonada sobre a carreira de Auditor. Parece ter nascido para a profissão. Mas, conforme ele discorre sobre sua vida, percebe-se que o destino trabalhou a seu favor, levando-o ao encontro da verdadeira vocação.

“Apesar desse sonho de seguir Medicina, comecei a me inspirar no exemplo do meu irmão mais velho, que trabalhava em um banco e decidiu prestar vestibular para Economia. Quando chegou a minha vez de fazer faculdade, optei pelo mesmo curso”, relembra.

E foi assim que ele ingressou na FECAP, instituição pioneira na formação

de economistas e contadores no Brasil. “Meu primeiro passo foi sair do emprego de *office boy* e procurar algo melhor, que pagasse mais. Procurei o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e entrei na antiga Caixa Econômica do Estado de São Paulo, que depois foi privatizada e hoje nem existe mais. Naquela época, eu sequer sabia da existência da carreira de Auditor”, relata. “Quem me falou desse assunto pela primeira vez foi meu professor de Custos, e até hoje um grande amigo, Walter Arnaldo Andreolli.”

E prossegue: “Andreolli aconselhou a mim e a outros colegas que ficássemos atentos aos programas de *trainee* das firmas de Auditoria. Contou que a profissão tinha muito futuro, que estava vindo uma lei das sociedades por ações e que o papel do Auditor seria fundamental. Foi graças a ele que comecei a buscar estágio nas grandes firmas. Fui aceito em todas que tentei, mas optei pela Price, hoje chamada de PwC”, diz.



Fotos: arquivo pessoal

Com Antoninho Marmo Trevisan

Efetivamente, a Lei das Sociedades por Ações – chamada de “Lei das SA” – foi promulgada em 1976 e representou um marco fundamental na história da Contabilidade brasileira, impactando o ensino e a prática da Contabilidade.

Começava assim a carreira do filho do imigrante italiano Carlo Pocetti, que passou a vida como vendedor da Cerâmica São Caetano, e da brasileira Maria Rocha.

PWC E TREVISAN

Além de se formar em Economia, Pocetti fez a extensão para obter o bacharelado em Ciências Contábeis, enquanto ia descobrindo, no dia a dia profissional, um universo completamente novo, que ele descreve

como “fascinante e sem rotina”. Outro adjetivo que ele emprega é “romântico”, descrevendo um cotidiano quase inimaginável para aqueles que começaram a trabalhar no mundo já todo em rede, digital.

“A gente fazia tudo a mão”, recorda. “Era um trabalho artesanal, na base do lápis, da calculadora e do papel. Carregávamos pastas enormes, repletas de planilhas e relatórios. Tínhamos que nos vestir de maneira impecável, sempre de terno escuro e camisa branca”, comenta. “Se tivesse surgido uma pandemia

**MAIS DO QUE
CUMPRIR REGRAS
FISCAIS, O CONTADOR
É UM PROFISSIONAL
COMPLETO, QUE DETÉM
CONHECIMENTOS
SOBRE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO
E ESTATÍSTICA**

naquela época, seria impossível manter o trabalho de Auditoria Independente. Hoje, a tecnologia permite que se trabalhe a distância sem que isso acarrete perda de qualidade. Bem, isto seria impossível naquele tempo, porque a presença física do Auditor era imprescindível para a elaboração dos inventários, por exemplo.”

Foi na PwC que Pocetti fez amizade com Antoninho Marmo Trevisan, uma das pessoas mais marcantes na sua vida pessoal e profissional. “Ele saiu da PwC para montar a Trevisan e, em 1989, fui trabalhar na firma dele. Tenho

**ALÉM DE DOMINAR
A COMPLEXIDADE
TRIBUTÁRIA EXISTENTE
NO BRASIL, O
CONTADOR TENDE A
SE TORNAR CADA VEZ
MAIS ESPECIALIZADO
EM CADA SEGMENTO
DE ATUAÇÃO**



Em noite de homenagem, quando recebeu o título de Contabilista Emérito

certeza de que esta foi uma das melhores decisões da minha vida”, garante. “Eu me tornei sócio em 1994, e a firma, que depois se tornou BDO Trevisan, encurtou a distância em relação às Big4. Eu estava lá quando a Lei 11.638/2007 foi promulgada, trazendo mudanças significativas para a



Eduardo Pocetti, Zulmir Breda, José Martônio Alves Coelho, Marco Aurelio Cunha de Almeida, Joaquim de Alencar Bezerra Filho e Aécio Prado Dantas Júnior

contabilidade brasileira, com a adoção da convergência das normas contábeis nacionais às internacionais, as IFRS”, ele conta. “E lá eu me tornei CEO, até que, em 2011, a KPMG comprou a operação brasileira da BDO. Comecei assim mais um capítulo, como sócio da KPMG, onde permaneci até me aposentar.”

IBRACON E GLENIF

Por volta de 2000, ele começou a participar mais intensamente das atividades do Ibracon, onde desempenhou diferentes funções como diretor e conselheiro e presidiu a Diretoria Nacional, na gestão de 2012 a 2014. Também ocupou, por seis anos, a posição de presidente do Conselho de Administração do Ibracon, cargo do qual se despediu recentemente. “No total, já acumulei uns 20 anos de dedicação ao Instituto”, afirma.

Além do Ibracon, Pocetti também presidiu o Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera (GLENIF), no período de 2017 a 2019. Hoje, ele atua como conselheiro de diversas empresas de capital aberto, do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e da FECAP. “É muito bom fazer parte de duas instituições que desempenharam papel fundamental



Com Célia Schwindt, parceira no Glenif



Ao lado da esposa, Valéria

para o meu desenvolvimento profissional”, ressalta.

Pocetti destaca que, mesmo sem ocupar cargos específicos, ele transita e interage intensamente com as entidades congregadas. “Só no guarda-chuva do Conselho Federal de Contabilidade abrigam-se 27 Conselhos Regionais, sendo um de cada estado e um do Distrito Federal”, exemplifica. “Além das entidades diretamente relacionadas à profissão, temos todos os órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados, a Agência Nacional de Energia Elétrica”, enumera. “Trata-se de um universo gigante de relacionamentos.”

FUTURO DA CONTABILIDADE

Na visão de Pocetti, o contador hoje é um analista que se junta ao *board* para discutir caminhos e estratégias. “Mais do que cumprir regras fiscais, o contador é um profissional completo, que detém conhecimentos sobre Economia,

Administração e Estatística”, constata. “Além de dominar a complexidade tributária existente no Brasil, ele tende a se tornar cada vez mais especializado em cada segmento de atuação. É cada vez mais recorrente que o contador, e principalmente o profissional de Auditoria, se torne um especialista em determinada área, como Energia, Agronegócio, Healthcare”, discorre.

“Quando a gente fala em Contabilidade e Auditoria, dificilmente um jovem vai se entusiasmar pela profissão. Isso geralmente acontece quando ele tem no seu círculo de relacionamentos alguém que o inspire”, disserta Pocetti. “Mas existem muitas faculdades de Ciências Contábeis no Brasil e a profissão é repleta de oportunidades. Se o estudante e o jovem contador realmente entenderem como o seu papel pode ser importante, se compreenderem a relevância da Contabilidade e da Auditoria Independente para o Brasil, se enxergarem o quanto a adoção das IFRS é fundamental para as organizações, eles poderão abraçar uma carreira de grande futuro”, assegura.

Contudo, Pocetti faz um alerta: para perseverar na profissão, é preciso gostar do que faz. “Meu filho, Ricardo, cursou



Com a esposa, Valéria, e o filho, Ricardo

Contabilidade, mas essa não era a verdadeira vocação dele”, diz. “Hoje, ele está muito mais feliz como alguém de mercado, empreendendo na área de *fintechs*.”

CORINTHIANS, NATAÇÃO E KARDECISMO

Mesmo trabalhando intensamente e sendo pai de família – está casado há 33 anos com Valéria, e é pai de Ricardo, hoje com 29 anos –, Pocetti nunca abdicou de duas paixões: a natação e o futebol. Corinthiano fanático, orgulha-se de ter sido da Gaviões da Fiel e não perde a chance de fazer brincadeiras futebolísticas.

“Meu lado esportista sempre foi muito forte”, entusiasma-se. Nascido no bairro de Santana, zona Norte de São Paulo, Pocetti costumava nadar no Clube de Regatas Tietê, que já não existe, mas foi uma referência importante na formação de desportistas paulistanos. “Eu vi o Ayrton Senna pequenininho por lá”, rememora. “Nadei muito, fui um grande nadador.”

A espiritualidade também é uma característica marcante na vida de Pocetti: ele é espírita kardecista desde os 21 anos. A doutrina talvez o ajude a compreender por que seus caminhos o levaram para a profissão onde tanto brilhou, ensinou e inspirou – e para a qual ainda tem, certamente, muito mais a oferecer. ✓



Billy também faz parte da família





Seus trabalhos de auditoria estão em risco pois os prazos não serão cumpridos? Com as pessoas trabalhando remotamente por todo o mundo, realizar pedidos de confirmações de auditoria on-line é certamente mais adequado, seguro e rápido do que utilizar métodos antigos e pouco efetivos.



Com apenas um clique

Clientes podem simplesmente clicar em um botão, diretamente de seu e-mail, e autorizar seu auditor a confirmar informações com mais de 4.000 bancos em poucos minutos.



Comunicação fácil

A comunicação entre as firmas de auditoria e clientes por meio da CONFIRMATION, resulta em um processo de auditoria claro e digital a fim de obter informações financeiras sempre que necessário.

Brasil com S na IFRS

Confira quem são os brasileiros que participam de diferentes iniciativas da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation). Dentre eles, está o membro do Ibracon, Rogério Lopes Mota, diretor de Comunicação do Ibracon (Gestão 2021-2023)

O Brasil é reconhecido internacionalmente pela forte atuação das entidades, assim como, dos profissionais da Contabilidade nas instâncias responsáveis pela emissão e revisão de normas que regem a profissão, como é o caso do International Accounting Standards Board (IASB) e da IFRS Foundation com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Além de Tadeu Cendón, ex-diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon que, desde 2019, é membro do *Board* do International Accounting Standards Board (IASB), e Alessandro Broedel, ex-conselheiro da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e atual membro do Conselho Curador da IFRS Foundation, outros brasileiros integram os comitês da entidade.

Um deles é Rogério Lopes Mota, diretor de Comunicação do Ibracon (Gestão 2021-2023), representando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que, como o nome indica, é um grupo voltado às economias emergentes (EEG), criado para aumentar a participação dos países que se enquadram nessa categoria no desenvolvimento das Normas IFRS.

Confira a seguir.

CAPITAL MARKETS ADVISORY COMMITTEE

O Capital Markets Advisory Committee, que pode ser traduzido como Comitê Consultivo de Mercado de Capitais (CMAC) do IASB, é um grupo formado por duas dezenas de analistas financeiros que se reúne pelo menos três vezes por ano com membros do IASB para fornecer as opiniões de

investidores profissionais sobre questões relativas a relatórios financeiros.

Representantes brasileiros: Paulo Cézar Aragão, sócio do Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, e Carlos Simas, sócio da Dynamo Administração de Recursos.

IFRS INTERPRETATIONS COMMITTEE (INTERPRETATIONS COMMITTEE)

O IFRS Interpretations Committee (Interpretations Committee) é o órgão interpretativo do IASB. Seu papel consiste em garantir o equilíbrio das Normas e adicionar ou alterar requisitos em resposta a questões de aplicação nos países emergentes.

Representante brasileira: Renata Bandeira, diretora de Controladoria e Tributação da Azul Airlines do Brasil.

IFRS FOUNDATION MONITORING BOARD (MONITORING BOARD)

Trata-se de um Conselho de Acompanhamento criado com o objetivo de estabelecer uma ligação formal entre os membros do *board* e as autoridades públicas. Dentre as atribuições do Monitoring Board, incluem-se: garantir que os curadores continuem a cumprir suas obrigações de acordo com Constituição da Fundação IFRS; aprovar a nomeação e/ou a recondução dos curadores; e reunir-se ao menos uma vez por ano com os curadores.

Representante brasileiro: Marcelo Barbosa, presidente da CVM, professor universitário, ex-presidente do Conselho Curador da Fundação Estudar e membro do Conselho Consultivo do Columbia Global

Centers Latin America (Rio de Janeiro) e do Comitê de Aquisições e Fusões (CAF), além de conselheiro Fiscal da Fundação Lemann.

EMERGING ECONOMIES GROUP (EEG)

Como o nome indica, trata-se um grupo voltado às economias emergentes. Seu principal objetivo é fomentar a participação dos países emergentes no desenvolvimento das Normas IFRS.

Representantes brasileiros: **Rogério Lopes Mota**, coordenador de Relações Internacionais do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e diretor de Comunicação do Ibracon (Gestão 2021-2023), e **Tadeu Cendón**, ex diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, que além de membro do Board do IASB, preside este grupo.

VALUATION EXPERT GROUP

A equipe do Valuation Expert Group – literalmente, “medição do valor justo”, em português – contribui para as atividades educacionais do IASB. O time desenvolveu material educacional para apoiar a IFRS 13 (que trata da medição do valor justo), com a assistência de especialistas que forneceram informações gerais e ajudaram a desenvolver exemplos práticos para ilustrar como aplicar os princípios da IFRS 13 a fatos e circunstâncias concretos.

O time desenvolveu material educacional para apoiar a IFRS 13 (que trata da medição do valor justo), com a assistência de especialistas que forneceram informações gerais e ajudaram a desenvolver exemplos práticos para ilustrar como aplicar os princípios da IFRS 13 a fatos e circunstâncias concretos.

Representante brasileiro: **Rogério Calderón**, diretor e *head* de controladoria do Banco Itaú-Unibanco.

CONSULTATIVE GROUP FOR RATE REGULATION (CGRR)

Grupo formado por profissionais seniores, criado pelo *board* para auxiliar em seu projeto de regulamentação de taxas reguladas, fornecendo uma variedade de perspectivas de especialistas – dentre eles, auditores e usuários de demonstrações financeiras e reguladores.

Representante brasileiro: **Leonardo George de Magalhães**, diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

SME IMPLEMENTATION GROUP

Tem como atribuições considerar aspectos relativos à implementação e à aplicação do padrão IFRS para pequenas e médias empresas, escolher as questões que requerem publicação de material educacional específico e avaliar a necessidade de alterar a norma IFRS para PMEs.

Representantes brasileiros: **Edson Teixeira**, diretor Geral da filial da firma de auditoria IRKO no Rio de Janeiro e **Marta Cristina Pelucio Grecco**, sócia da Praesum International Accounting e presidente Nacional da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

EFFECTS ANALYSIS CONSULTATIVE GROUP

Tem como objetivo desenvolver uma metodologia acordada para o trabalho de campo (incluindo testes de campo e visitas) e análises de efeito, que são agora consideradas as melhores práticas no estabelecimento de regulamentações.

Representante brasileira: **Lucilene Pedro**, mestra em Controladoria e Contabilidade com foco em Concessões Rodoviárias e Estudos Interdisciplinares e revisora voluntária do Annual Meeting of the American Accounting Association.

GLOBAL PREPARERS FORUM (GPF)

Tem como objetivo específico fornecer ao *board* contribuições regulares da comunidade internacional para a elaboração das demonstrações financeiras. Composto por membros com grande experiência prática em relatórios financeiros e *experts* em questões contábeis, o grupo conta com integrantes de diferentes setores e países.

Representante brasileiro: **Luiz Murilo Strube Lima**, ex-gerente de Políticas e Procedimentos Contábeis da Petrobras e representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no CPC. ✓

ASG, inclusão e fortalecimento da profissão



Foto: arquivo Ibracon

Valdir Renato Coscodai, presidente



Foto: arquivo Ibracon

Carla Bellangero, diretora Técnica



Foto: arquivo Ibracon

Francisco de Paula dos Reis Júnior, diretor de Administração e Finanças



Foto: arquivo Ibracon

Shirley Nara Santos Silva, diretora de Desenvolvimento Profissional



Foto: arquivo Ibracon

Rogério Lopes Mota, diretor de Comunicação



Foto: arquivo Ibracon

Adriano Rezende Thomé, diretor de FIRMAS de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)

Conselho de Administração, Diretoria Nacional e Seções Regionais iniciam novas etapas comprometidas com a continuidade de projetos e com uma agenda positiva, que acena para o futuro da Auditoria Independente

No dia 4 de janeiro de 2021, foi eleita a Diretoria Nacional do Instituto para a Gestão 2021-2023 do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. O novo presidente é Valdir Coscodai, profissional com 36 anos de trajetória, 26 deles dedicados à atuação em Comissões e Grupos de Trabalho instituídos pela profissão e órgãos reguladores no Brasil.

Coscodai, que também passa a integrar o Conselho de Administração,

atuou como membro do International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) por seis anos. Na última gestão da Diretoria Nacional do Ibracon (Gestão 2018-2020), foi diretor Técnico, cargo que agora passa a ser ocupado por Carla Bellangero.

As presenças de Carla e de Shirley Silva, que assumiu a diretoria de Desenvolvimento Profissional, são exemplos do compromisso do Instituto com a inclusão e a diversidade: cada vez mais, mulheres assumem papéis de

destaque nas diversas instâncias do Ibracon.

Além de Coscodai, Carla e Shirley, fazem parte da nova Diretoria Nacional Francisco de Paula dos Reis Júnior, diretor de Administração e Finanças; Rogerio Mota, diretor de Comunicação; e Adriano Thomé, diretor de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

BUSCA DE INOVAÇÃO

“Agradeço a confiança de todos em poder presidir um Instituto tão importante e com voz ativa para a profissão”, declarou Coscodai durante a reunião em que a nova Diretoria foi referendada. Ele assegurou que sua gestão dará continuidade a projetos importantes, e à busca por inovação, utilizando a tecnologia como aliada. “Juntos, faremos com que o Ibracon mantenha a sua excelência perante a sociedade e os órgãos reguladores”, afirmou o novo presidente.

Coscodai também se comprometeu em manter a participação do Ibracon em questões importantes para a economia e a sociedade, inclusive em âmbito internacional. “A agenda ASG, que engloba temas de meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa, continuará prioritária em 2021.”

“Assumo a presidência do Ibracon em um momento atípico”, observou Coscodai. “A pandemia impactou os negócios, as formas de se trabalhar e o jeito como nos relacionávamos. Os desafios aumentam consideravelmente, em diversos sentidos. Temos as crises socioeconômicas, a polarização política, as questões ambientais ganhando cada vez mais força e a persistência da pandemia da Covid-19. Apesar do cenário turbulento, o Ibracon está se saindo muito bem, atendendo aos anseios dos associados e respondendo bem aos desafios que

surgem. Por isso, será um mandato de muita resiliência, estratégia e trabalho”, afirma.

De acordo com o novo presidente, além de dar continuidade às ações já em curso, sua gestão buscará estreitar ainda mais os laços com os órgãos reguladores e normatizadores, bem como, com as entidades representativas e de interesse da profissão, promovendo o diálogo permanente. “Também continuaremos a priorizar as atividades de Educação Profissional Continuada e estaremos atentos às novas demandas que poderão surgir ou agregar complexidade aos processos. Ademais, seguiremos dedicando atenção às Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), procurando apoiá-las e auxiliá-las em diversas frentes, principalmente na parte tecnológica, que será fundamental no atual cenário”, declara.

Coscodai lembra que, em dezembro, o Ibracon completará 50 anos, um marco para qualquer entidade. “Fico honrado ao lembrar a trajetória desta entidade, que fez e faz parte da minha história. Tenho 26 anos de estrada dentro do Ibracon e pude acompanhar boa parte das atividades do instituto, suas conquistas para a classe profissional e a sociedade. Por isso, esse aniversário tão repleto de importância e simbolismo não passará em branco.”

Quanto aos desafios que o aguardam, Coscodai ressalta: “a sociedade, a profissão, os negócios e o mundo transformam-se constantemente. Ninguém imaginaria que uma pandemia nos obrigaria a mudar nosso modo de viver, trabalhar e interagir. O mais importante é estarmos sempre prontos e aptos a corresponder às necessidades do mercado e da sociedade, de maneira resiliente, ética e transparente. O Ibracon acompanha de perto e de modo proativo o desenrolar

dos fatos, com capacidade para agir tempestivamente.”

Coscodai é o sucessor de Francisco Sant’Anna, que, por sua vez, elegeu-se presidente do Conselho de Administração (CA) do Ibracon.

RENOVAÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“A união de todos é a chave para conquistar os nossos objetivos em um período tão desafiador como o atual”, comenta Sant’Anna, novo presidente do Conselho de Administração que passa a contar também com um Comitê Consultivo de gestão de crise e *advocacy*, com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração nas tomadas de decisões referente a esses temas.



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Francisco Sant’Anna, novo presidente do CA

Sant’Anna possui experiência de mais de 35 anos na atividade de auditoria independente. No Ibracon, além de presidir a Diretoria Nacional na gestão 2018-2020, ele foi diretor de Comunicação por duas gestões (2012-2014 e 2015-2017) e atuou como membro do Grupo de Trabalho (GT) Instituições Financeiras. Também representou o Instituto na Câmara Consultiva de Mercado de Governança de Estatais da atual B3 e no Comitê Gestor do Programa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União (CGU).

“À frente do CA, darei prosseguimento ao bom trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos e

me empenharei em intensificar a qualidade e o alcance das nossas ações. Se temos sido capazes de demonstrar resiliência perante os desafios trazidos pelo que se convencionou chamar de 'novo normal', isto se deve ao fato de sempre termos estado atentos às necessidades dos nossos associados e da sociedade como um todo”, pondera Francisco Sant’Anna. “Continuaremos nessa caminhada, valorizando, como sempre, a ética, a lisura, a transparência e a disseminação de boas práticas”, conclui.

O novo Secretário do CA é Marco Aurelio de Castro e Melo, que atuará ao lado dos outros membros: Altair Rossato, Beatriz G. Moraes, Charles Kriek, Eduardo Camillo Pachikoski, Luciano Jorge Moreira Sampaio Junior, Luiz Sergio Vieira Filho, Marcelo Guerra, Marco Fabbri, Marco Aurélio Cunha de Almeida, Monica Foerster, Paulo Alaniz, Raul Corrêa, Rogerio Rokembach, Tiago de Sá Barreto Bezerra e o presidente da Diretoria Nacional, Valdir Coscodai.

REGIONAIS

Marcelo Guerra e Paulo Alaniz reelegeram-se, respectivamente, presidentes da 2ª e da 6ª Seções Regionais do Ibracon. Ambos pretendem dar continuidade aos trabalhos que já vinham desenvolvendo, com foco na expansão da base de associados e no enfrentamento dos desafios trazidos pela pandemia – dentre eles, a necessidade de propor novos formatos para atender à demanda por atividades de Desenvolvimento Profissional.

1ª SR: TIAGO DE SÁ BARRETO BEZERRA

Uma das prioridades de Tiago de Sá Barreto Bezerra, novo presidente da 1ª Seção Regional do Ibracon, será o fortalecimento da imagem da profissão. “Para isso, adotaremos

como estratégia a aproximação com as universidades. Queremos mostrar o que de fato o auditor independente faz. Desse modo, esperamos atrair mais profissionais e jovens contadores para essa carreira tão promissora”, ele explica.

Também persiste a necessidade de mostrar a importância da Auditoria



Tiago de Sá Barreto Bezerra

Independente para a sociedade como um todo: “Um dos nossos objetivos é fortalecer o nosso segmento profissional”, destaca. “E como pretendemos fazer isso? Comunicando a todos a relevância do nosso trabalho. Este é o maior desafio que temos à nossa frente”, garante.

Ressaltando que a 1ª SR é a mais extensa geograficamente – sua jurisdição abrange Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia –, Bezerra também pretende dar ênfase à aproximação com todos os estados da região. “Há auditores independentes atuando no Piauí, no Maranhão, no Amazonas etc. Queremos nos aproximar deles, mostrar a força do Ibracon”, assegura.

2ª SR: MARCELO GALVÃO GUERRA (REELEITO)

Marcelo Guerra, auditor independente com MBA em Gestão Empresarial e ampla experiência acadêmica, foi reeleito presidente da 2ª Seção



Marcelo Galvão Guerra

Regional (SR) do Ibracon, que compreende os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, para a gestão 2021-2023.

“Pretendo reforçar a presença do Ibracon localmente e incentivar o desenvolvimento profissional”, ele afirma. “Quanto à pandemia, o novo cenário nos levou a diversas reflexões”, comenta Guerra. “Tivemos que rever a forma como nos relacionamos e, com a aceleração do *home office*, como trabalhamos. Mais do que nunca, constatamos a necessidade de estarmos sempre capacitados e preparados para desempenhar nossas atividades”, diz.

“Vamos enfatizar a realização de mais cursos a distância, que proporcionaram ótimos resultados, com foco nos assuntos relevantes para a auditoria independente. Quando possível, conduziremos à retomada responsável de cursos presenciais, que respeitem todos os protocolos sanitários e possibilitem a troca presencial de conhecimento”, acrescenta Guerra, que se considera “otimista para 2021”, graças à amplitude do mercado brasileiro e as boas perspectivas para a economia após o início da vacinação.

3ª SR: BEATRIZ G. MORAES

Primeira mulher a assumir a presidência da 3ª SR do Ibracon, que abrange

Foto: arquivo Ibracon

Foto: arquivo Ibracon

os estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo, Beatriz G. Moraes é contadora com mestrado Executivo em Gestão Empresarial e tem mais de 20 anos de atuação como auditora independente.

Estreitar a aproximação com os estudantes de Ciências Contábeis, Economia e áreas de finanças em geral será uma de suas prioridades à frente da 3ª SR: “Um instituto como o Ibracon fornece informações de indiscutível qualidade, o que é extremamente relevante para o mercado de capitais e para a nossa profissão”, ela observa, ressaltando que hoje há muita informação disponível nas diferentes mídias, mas nem sempre essas informações são adequadas e verdadeiras. “O Ibracon sobressai como uma fonte de referência, um porto seguro”, afirma.



Foto: arquivo Ibracon

Beatriz G. Moraes Nicolaci

Nessa missão de disseminar conteúdo de qualidade e de contribuir para o aprimoramento da Auditoria Independente, Beatriz enfatiza a importância do curso de Formação de Auditores, realizado há três anos na 3ª SR. “Em 2021, teremos duas edições, sendo uma no primeiro e outra no segundo semestre”, ela informa. “A resposta dos alunos a este curso tem sido sempre muito positiva”, salienta Beatriz. Ela destaca o alto percentual de empregabilidade dentre os alunos: “Várias firmas captam os egressos desse curso para suas turmas de *trainees*”, acrescenta.

4ª SR: MARCO AURÉLIO ALMEIDA

Ampliar a base de associados é o principal objetivo do novo presidente da 4ª SR do Ibracon, Marco Aurélio Almeida. “Mas não vai ser fácil fazer isso em plena pandemia”, ele prevê. “As regras de distanciamento social impossibilitam iniciativas que seriam fundamentais, como a realização de cursos e a aproximação com os estudantes de Ciências Contábeis. Por mais que a tecnologia nos



Foto: arquivo Ibracon

Marco Aurélio Cunha de Almeida

permita hoje executar cursos e palestras *online*, a Seção Regional também deve estar pronta para atender a retomada de cursos presenciais.

Uma estratégia que ele pretende colocar em prática é a aproximação com as entidades congoçadas. Dentre elas, o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG), do qual já foi presidente. “Vamos buscar parcerias, estreitar relacionamentos e ampliar a presença do Ibracon em toda a nossa jurisdição”, assinala Almeida, referindo-se aos estados de Tocantins e Goiás, além do Distrito Federal – todos eles sob o “guarda-chuva” da 4ª SR.

Com uma carreira de mais de 50 anos nas áreas contábil e de Auditoria Independente, Almeida presidiu a mesma SR durante a Gestão 2012-2014.

5ª SR: MARCO FABBRI

Tal como outros presidentes regionais, Marco Antonio de Carvalho Fabbri elegeu a ampliação da base de

associados como uma das prioridades de sua gestão. “Também pretendemos fortalecer o relacionamento político-institucional, além de atrair e reter talentos”, ele declara.

Outra bandeira que Fabbri pretende priorizar é a aproximação e integração com todos os estados que estão sob a jurisdição da 5ª SR.

“Graças à necessidade de manter o distanciamento social, passamos a ofertar mais cursos *online*, o que propiciou uma maior participação de associados de outros estados”, comenta. “Desejamos manter e estreitar essa integração, inclusive por meio de um maior contato com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.”

Contador, economista e auditor independente, Fabbri lecionou em universidades e já atuou como diretor de



Foto: arquivo Ibracon

Marco Antonio de Carvalho Fabbri

Desenvolvimento Profissional da 5ª SR, além de ter integrado o Grupo de Trabalho Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

“Vir de uma FAPMP me estimula a dar ainda mais visibilidade a uma das bandeiras do Ibracon: o fortalecimento das firmas pequenas e médias”, afirma.

6ª SR: PAULO ALANIZ (REELEITO)

Paulo Alaniz, auditor independente pós-graduado em Gestão de Negócios e mestre em Controladoria pela

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi reeleito presidente da 6ª SR, que abrange os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para a gestão 2021-2023.

“Continuar à frente da 6ª SR do Ibracon é um orgulho e uma grande responsabilidade”, declara. “Sei que enfrentarei novos desafios nesta nova etapa. A pandemia mudou completamente a forma de se fazer negócios e de se relacionar. Viveremos um ‘novo normal’, em que os auditores independentes terão um protagonismo ainda maior, sendo fundamentais na retomada econômica”, avalia.



Paulo Alaniz

“Do ponto de vista econômico, será um ano de recuperação e de mudanças. As empresas estarão mais preocupadas com as questões ambientais, sociais e de governança. A cobrança por transparência continuará forte. Caberá aos auditores independentes a importante missão de assegurar as informações que tranquilizam o mercado, com qualidade e consistência”, salienta.

9ª SR: LUCIANO SAMPAIO

Fortalecer a Educação Continuada, ampliar a base de associados e tornar



Luciano Jorge Moreira Sampaio Junior

o Ibracon mais conhecido na região (buscando para isso uma maior aproximação com as faculdades de Ciências Contábeis) são os três eixos que Luciano Sampaio pretende priorizar na sua gestão à frente da 9ª SR.

“A crise sanitária, que desencadeou a crise econômica, é um desafio que teremos de enfrentar. Será necessário conciliar a realização de investimentos com o controle de gastos. Além do aspecto financeiro, teremos também que trabalhar a aproximação com as faculdades de maneira virtual, porque não vai ser possível interagir presencialmente, realizar palestras”, pondera Sampaio. “Ao mesmo tempo, o mundo todo já está adaptado à realização de cursos e treinamentos a distância”, ele assinala.

Sampaio lembra que um fator que vai requerer atenção muito grande é o impacto da pandemia na operação das empresas. “O Auditor Independente tem o papel de trazer uma segurança para as demonstrações contábeis”, enfatiza. “O mercado espera muito de nós. O momento é de pressão e, mais do que nunca, o trabalho dos auditores será essencial para o leitor das peças contábeis”, ele alerta.



DIRETORIA NACIONAL

PRESIDENTE

Valdir Renato Coscodai

DIRETORA TÉCNICA

Carla Bellanero

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Francisco de Paula dos Reis Júnior

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Shirley Nara Santos Silva

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Rogério Lopes Mota

DIRETOR DE FIRMAS DE AUDITORIA DE PEQUENO E MÉDIO PORTES (FAPMP)

Adriano Rezende Thomé

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

SECRETÁRIO

Marco Aurelio de Castro e Melo

MEMBROS

Altair Tadeu Rossato

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci

Charles Krieck

Eduardo Camillo Pachikoski

Luciano Jorge Moreira Sampaio Junior

Luiz Sergio Vieira Filho

Marcelo Galvão Guerra

Marco Antonio de Carvalho Fabbri

Marco Aurélio Cunha de Almeida

Monica Foerster

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Raul Corrêa da Silva

Rogério Costa Rokembach

Tiago de Sá Barreto Bezerra

Valdir Renato Coscodai

1ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETOR PRESIDENTE

Tiago de Sá Barreto Bezerra

DIRETOR TÉCNICO

Paolo Giuseppe Lima de Araújo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pretextato Salvador Quaresma Gomes de Oliveira Mello

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Carlos Santos Mota Filho

DIRETOR

Francisco Moises de Almeida Gomes

2ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETOR PRESIDENTE

Marcelo Galvão Guerra

DIRETOR TÉCNICO

Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Raniery Borges Marques

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Nelson Mitimasa Jinzenji

DIRETORES

Jonatas Jose Medeiros de Barcelos
Helena de Petribu Fraga Rocha
Francisco da Silva Pimentel

3ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETORA PRESIDENTE

Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci

DIRETOR TÉCNICO

Paulo Buzzi Filho

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Antonio Carlos Brandão de Sousa

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Antonio Ranha da Silva

DIRETORES

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Luis Aurênio Alves Barretto
Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira

4ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETOR PRESIDENTE

Marco Aurélio Cunha de Almeida

DIRETOR TÉCNICO

Tomás Lima Assumpção Menezes

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Paulo César Santana

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Marcos Magnusson de Carvalho

DIRETORES

Anderson Luiz de Menezes
Marcelo Salvador
Paulo Eduardo Santos

5ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETOR PRESIDENTE

Marco Antonio de Carvalho Fabbri

DIRETOR TÉCNICO

Ulysses Marcelo Duarte Magalhães

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Viviane de Paula Rosa Alves Bauer

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Renato Barbosa Postal

DIRETORES

Aderbal Alfonso Hoppe
Nabil Ahmad Mourad

6ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

DIRETOR TÉCNICO

Américo Franklin Ferreira Neto

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Carlos Osvaldo Pereira Hoff

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Cristiano Jardim Seguecio

DIRETOR

Luís Carlos de Souza

9ª SEÇÃO REGIONAL

DIRETOR PRESIDENTE

Luciano Jorge Moreira Sampaio Junior

DIRETOR TÉCNICO

Hildebrando Oliveira de Abreu Filho

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Renato Andrade Mendonça

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Luiz Carlos Lopes Viana

DIRETORES

Paulo Ferreira Silveira
Daniel de Araújo Peixoto





Foto: arquivo pessoal

Emerson W. Dias

A educação financeira além da educação financeira...

Se o título pareceu estranho, leia atentamente este artigo e descubra como a verdadeira educação financeira ainda está longe de ser praticada de verdade – e isso se aplica também aos “especialistas” que deveriam dar o exemplo ao público

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define educação financeira como “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poder fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

No meu livro *Dinheiro caro, filosofia barata*, comparo educação financeira com educação alimentar e física: todos reconhecemos sua importância, mas nem sempre aplicamos seus princípios na prática. Afinal, quantas pessoas realmente se alimentam de acordo com o que a nutricionista fala? E quantas praticam as atividades físicas da maneira que os médicos recomendam?

Pois bem: com a educação financeira, acontece a mesma coisa!

Pesquisa feita nos Estados Unidos revelou que 46% dos consultores financeiros não têm planos de aposentadoria, ou seja, até profissionais

que conhecem profundamente a importância desse tipo de educação têm dificuldades para colocá-la em prática.

Outra pesquisa, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), revela que a minoria da população brasileira é poupadora. Segundo o Banco Central, mais da metade das famílias encontrase endividada no sistema financeiro: precisamente, 50,26% delas, um triste recorde que foi registrado em outubro de 2020. Já a Confederação Nacional do Comércio (CNC) informa que o percentual de consumidores que se declaram endividados fechou 2020 em 66,3%.

Assim, enquanto muitos educadores financeiros vão dizer, todos os dias na internet, que basta você gastar menos do que ganha para ter uma reserva financeira que garanta a sua tranquilidade no futuro, eu, como professor e escritor em finanças comportamentais, mantenho meu foco: busco entender os motivos pelos quais uma coisa tão simples não é feita pela maioria das pessoas e – o que é ainda mais espantoso! – não é praticada sequer por gente que ensina como fazer!

É que as respostas estão além da educação financeira. Por exemplo: a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 23% da renda disponível é não monetária. Entre os

10% mais pobres do país, esse percentual chega a 42%, ou seja, quase metade da renda dos indivíduos mais pobres é renda não monetária. Trata-se daquela parcela do orçamento não representada por dinheiro, mas por algum tipo de benefício, tais como cestas básicas, medicamentos gratuitos, serviços de saúde públicos etc.

Considerando os rendimentos monetários e não monetários das famílias, e de acordo com as linhas de pobreza utilizadas no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a POF conclui que 1,4% da população é extremamente pobre e 12,1% são pobres.

Qualquer quantia que porventura sobrasse em famílias com rendimentos tão baixos dificilmente seria vista como uma oportunidade de poupança. O mais provável é que o recurso fosse destinado a suprir alguma outra necessidade.

Pesquisadores que examinam a psicologia da pobreza compreendem que ela é obviamente caracterizada por insuficiência de renda, mas também pela exposição à violência e ao crime, agravada pela ausência ou dificuldade de acesso a serviços de saúde, educação, cultura etc. Há também os obstáculos institucionais, que muitas vezes resultam em exclusão do mercado de crédito formal, tornando trabalhadores informais, microempreendedores de comunidades carentes e tantos outros indivíduos reféns de agiotas, que, além de cobrarem juros extorsivos, podem punir a eventual inadimplência de maneiras terríveis.

Há também diversos estudos que relacionam a pobreza com consequências psicológicas específicas. Estas, por sua vez, podem levar a comportamentos econômicos que aprofundam ainda mais a vulnerabilidade financeira. Neste rol, incluem-se os estados afetivos negativos que, por sua vez, podem levar à tomada de decisões equivocadas, favorecendo comportamentos habituais em vez de

redirecioná-los aos objetivos ligados à educação financeira, tal como define a OCDE.

A educação financeira precisa contemplar questões econômicas ligadas ao *Poor economics*, tomando emprestado o nome do livro dos laureados com o prêmio Nobel de Economia de 2019, Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo.

O livro mostra de que modo as soluções para a pobreza global, usando como método a abordagem de ensaio de controle aleatório baseada em evidências, podem ser eficazes.

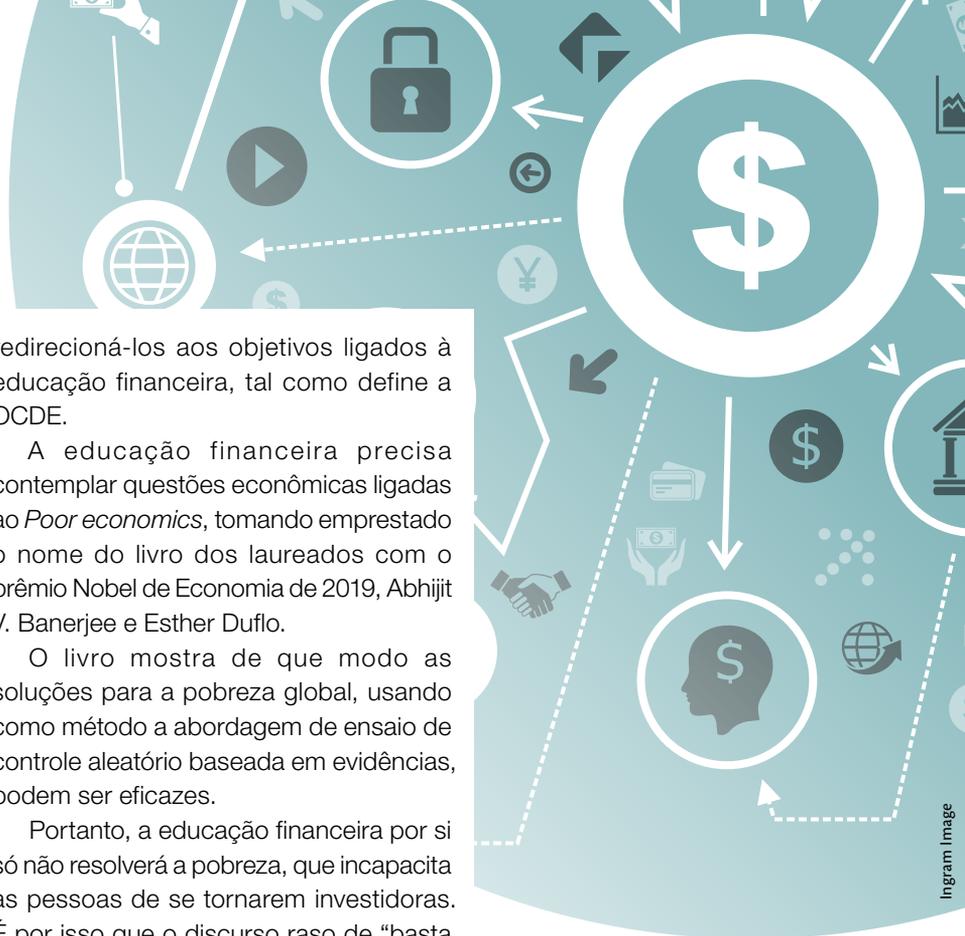
Portanto, a educação financeira por si só não resolverá a pobreza, que incapacita as pessoas de se tornarem investidoras. É por isso que o discurso raso de “basta poupar” ou “depende só de você” não tem qualquer efeito prático sobre pessoas que se encontram nessas condições.

Pesquisa da B3 com cerca de 1,3 mil investidores mostra que a maioria deles segue orientações de investimentos sugeridas por influenciadores digitais e vídeos do YouTube. Em novembro de 2020, a Bolsa de Valores brasileira contava com 3,2 milhões de contas.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já se manifestou sobre os influenciadores e seus “conselhos financeiros”. Segundo a autarquia, esses comunicadores podem sofrer sanções quando cometerem irregularidades – por exemplo, ao recomendarem determinados ativos sem que tenham a devida habilitação para fazê-lo.

Óbvio que é preciso saber discernir entre a liberdade de opinião e a livre manifestação de uma visão daquelas ações que abertamente se caracterizam como atividade profissional de análise de valores mobiliários ou da recomendação direta, feita por profissional especializado.

Aqui, especificamente, não falamos da falta de recurso financeiro: são investidores, supõe-se que sejam pessoas





buscando fazer crescer seu patrimônio. Mas será que esses 1,3 mil investidores têm conhecimento claro da diferença entre opinião e argumento?

Não estou, caro leitor, sequer citando educação financeira. Falo de análise de discurso e interpretação de texto. Será que a maioria tem a capacidade de resistir à influência e à persuasão de alguém que parece saber mais do que eles, apenas porque mostra números e constrói uma fala eloquente, com extrema autoconfiança, cheia de “gatilhos mentais”, como o pessoal de marketing digital adora chamar os vieses cognitivos previamente preparados?

Eu sei, não é fácil resistir a alguém que, se aproveitando da sua falta de conhecimento sobre determinado assunto, diz: “Confie em mim, eu tenho a resposta, depois você vai me agradecer, veja o que eu já fiz até agora”.

Como se passado significasse futuro, ou como se houvesse magos. Não se deixar ludibriar por charlatões é um desafio para praticamente todas as pessoas; da mesma forma, precisamos resistir à tentação de acreditar demais em quem sabe tanto quanto nós, ou até menos, a respeito de determinado assunto.

Manter nossa capacidade racional de pensamento e não nos deixarmos deslumbrar pelo canto das sereias da vida moderna, que prometem riqueza e felicidade, é cada vez mais difícil dada a quantidade de ofertas.

Assim, tanto os que não têm recursos quanto os que têm enfrentam questões que não estão necessariamente na educação financeira.

Os fatores sociais e psicológicos, dentre outros, também direcionam e afetam comportamentos financeiros.

Todos nós estamos sujeitos a influências e motivações sociais, quer sejamos investidores ou vivamos na pobreza.

Podemos errar, e muito, quando compramos itens no supermercado só porque estamos com fome. Entrar numa pirâmide financeira sem perceber, tornar-se vítima de golpes, fraudes, quando do outro lado alguém nos faz entrar em estado emocional de medo, apreensão ou apenas por pura confiança mesmo, é algo a que estamos sujeitos porque “sentimos fome” de lucrar, de fazer o nosso dinheiro render. Em certa medida, esse risco existe independentemente do nível de alfabetização financeira do indivíduo, conforme atestam as ciências comportamentais.

Em uma tomada de decisão, mesmo financeira, nosso lado emocional tem peso maior do que o racional. Nós sequer percebemos isso, porque nosso cérebro decide o que vamos fazer com base na emoção despertada, e essa decisão pode nos parecer perfeitamente sensata e racional.

Assim, concluímos que educação financeira não é um evento único, nem simples, mas um processo diário, cheio de armadilhas, como as tais “super dicas” da internet. E, para evoluirmos, precisamos nos alimentar de diferentes fontes, incluindo as várias ciências comportamentais, aprofundando cada vez mais o nosso entendimento acerca de nós mesmos, do nosso mundo, das nossas referências. De certa forma, o aprimoramento contínuo e multidisciplinar é a chave que buscamos, e isso nenhum “milagreiro de rede social” poderá oferecer. ✓

Emerson W. Dias é escritor, consultor de Carreira e Gestão de Negócios, professor universitário, colunista na Rádio Trianon e vice-presidente de Capital Humano na ANEFAC.

Como o carbono negativo pode gerar valor positivo para o nosso planeta?

Além de criar a meta de se tornar carbono negativo ainda neste ano, a EY também investirá em serviços e soluções que ajudarão os clientes a criar valores sustentáveis.

ey.com/pt_br/sustainable-impact-hub



Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta. E melhor se torna o mundo de negócios.

Vitória da Auditoria Independente

A Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021 (em vigor a partir de 1º de abril), acabou com a exigência do modelo de responsabilidade ilimitada e solidária das firmas de auditoria independente para registro no órgão. O Ibracon dedicou anos à busca dessa conquista, que proporciona mais segurança jurídica ao exercício da profissão, estimula a concorrência no segmento de auditoria das companhias de capital aberto (incluindo maior participação das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes) e beneficia a retenção de talentos e o desenvolvimento de carreiras. Paulo Roberto Gonçalves Ferreira, superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da CVM, ressaltou que “a mudança atende a uma demanda antiga dos auditores independentes. A CVM espera que a maior flexibilidade permitida se traduza em uma maior oferta de serviços de auditoria, sem prejuízo aos padrões de qualidade de que o mercado de capitais depende para se desenvolver”. A Resolução CVM nº 23 simboliza, portanto, um marco histórico para a Auditoria Independente no Brasil.

CVM: novas Resoluções

Em 25 de fevereiro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou cinco novas resoluções, sendo a maior parte delas decorrente do processo de revisão e consolidação das normas inferiores a decretos, conforme determinação do Decreto 10.139. Uma dessas novas resoluções é a Resolução CVM nº 23, mencionada acima: ela dispõe sobre auditores independentes, em substituição à Instrução CVM 308. Adicionalmente, a CVM vem adaptando suas normas ao Decreto 10.178, o que se reflete em ajustes nos prazos e procedimentos para obtenção da autorização para exercício de atividades reguladas pela Autarquia.

Demanda por normas globais de Sustentabilidade

Nos dias 2 e 4 de março, os curadores da Fundação IFRS reuniram-se para dar continuidade às análises sobre os comentários recebidos após a consulta pública encerrada em 31 de dezembro de 2020, acerca das normas globais de Relatórios de Sustentabilidade. Os *feedbacks* confirmaram a necessidade urgente de normas globais de Relatórios de Sustentabilidade e o apoio para que a Fundação desempenhe um papel em seu desenvolvimento. Além disso, os curadores chegaram às seguintes visões sobre a direção estratégica do novo Conselho: foco no investidor; priorização das ações

de combate às mudanças climáticas no escopo dos cuidados com meio ambiente; utilização das estruturas existentes (ou seja, o novo Conselho se basearia em trabalhos previamente estabelecidos); e abordagem por blocos (ao trabalhar com emissores de normas de jurisdições importantes, os padrões emitidos pelo novo Conselho forneceriam uma base de Relatórios de Sustentabilidade globalmente consistente e comparável, ao mesmo tempo em que teria flexibilidade para coordenar requisitos de relatórios aptos a capturar impactos de sustentabilidade mais amplos). Também em março, dada a relevância do tema, outra entidade, dessa vez a Federação Internacional dos Contadores (IFAC), se reuniu com mais de 150 executivos e líderes de organizações profissionais de Contabilidade de vários países para discutir o futuro dos relatórios corporativos e relacionados à Sustentabilidade, e como eles se encaixam no contexto mais amplo de negócios e finanças sustentáveis.

IESBA lança publicação para contribuir com as análises acerca da definição de Entidade de Interesse Público (PIE)

O International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) lançou, em 12 de março, uma nova publicação fornecendo contexto adicional às revisões recentemente propostas pelo Conselho para a definição de Entidade de Interesse Público (PIE). A publicação complementa o Exposure Draft (ED) Propostas de Revisão das Definições de Entidade Listada e Entidade de Interesse Público no Código, que foi lançado em janeiro. O objetivo é auxiliar reguladores, normatizadores nacionais ou outros órgãos locais relevantes a considerar e planejar a adoção da definição revisada do PIE quando finalizada e emitida pelo IESBA, que admite a possibilidade de realizar refinamentos nas propostas conforme os comentários que vier a receber sobre o documento. O IESBA também ofereceu duas oportunidades, em 25 e 29 de março, para os *stakeholders* participarem de um webinar sobre as propostas do ED.

IESBA inicia processo para escolha de novo presidente

No dia 22 de fevereiro, o International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) divulgou a abertura das inscrições para candidatos do mundo todo que queiram pleitear a presidência da entidade. Dentre suas atribuições, o ocupante do cargo deve assegurar que as atividades do IESBA mantenham foco no interesse público por meio do desenvolvimento de normas éticas de alta qualidade. É necessário ter experiência significativa e ser reconhecido nas comunidades profissionais e regulatórias. As inscrições terminam em 30 de abril.

IAASB abre para comentários sobre Normas de Gestão da Qualidade

Em 22 de fevereiro, o International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) abriu para comentários o Exposure Draft, que aborda a necessidade de eventuais mudanças em algumas de suas normas, a partir de novas e revisadas Normas de Gestão da Qualidade. O objetivo é alinhar as normas do IAASB relacionadas à revisão, asseguarção e serviços relacionados, bem como sua estrutura, com as Normas de Gestão de Qualidade. As mudanças propostas também modificarão as normas do IAASB para refletir aspectos da nova abordagem de gestão da qualidade e enfatizar a importância para a empresa e na *performance* dos trabalhos. Os comentários são solicitados até 24 de maio de 2021.

Ibracon emite Circular nº 03/2021 – Alterações da Lei da Informática

No dia 11 de março, o Ibracon emitiu a Circular nº 03/2021, com orientação aos auditores independentes quanto à auditoria dos impactos contábeis resultantes das alterações da Lei da Informática. A Lei foi promulgada para atender as expectativas de tornar competitiva a indústria nacional do setor de tecnologia da informação e comunicação em relação aos produtos importados. Propicia a redução de tributos sobre a manufatura dos produtos nacionais em contrapartida de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados pelo setor industrial em território nacional.

Ibracon envia comentários para ANS

Em resposta aos aprimoramentos das Normas Contábeis para 2022, o Ibracon enviou para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 17 de fevereiro, comentários relativos a normas, critérios e procedimentos que possibilitem a manutenção de padrões uniformes no registro das operações e na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras do mercado de saúde suplementar, mediante a utilização dos critérios, contas e modelos de Demonstrações Financeiras apresentados em Resolução Normativa.

CVM edita norma que aprova Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 do CPC

Em 11 de fevereiro, foi divulgada a Resolução CVM 18, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, tornando obrigatório, para as companhias abertas, as alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da Fase 2 da Reforma da Taxa de Juros de Referência. Os Pronunciamentos afetados por esta revisão são: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48.

IASB promove alterações em Normas IFRS

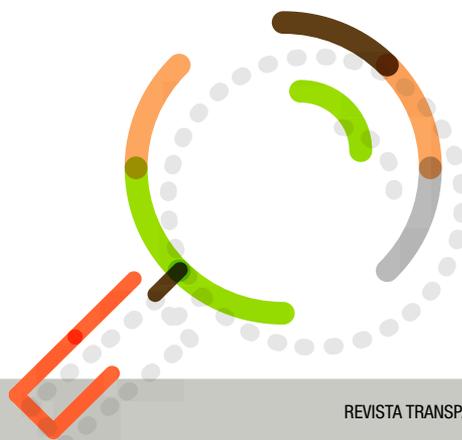
O IASB divulgou, em 12 de fevereiro, as alterações finais de escopo restrito às Normas IFRS para melhoria das divulgações de políticas contábeis e esclarecimento da distinção entre as políticas contábeis e as estimativas contábeis. Seguindo o *feedback* de que mais orientações são necessárias para ajudar as empresas a decidirem quais informações de políticas contábeis devem ser divulgadas, o Conselho emitiu alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática de IFRS 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade. O IASB também emitiu alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Ibracon reforça divulgação do Comunicado Técnico nº 03/2013 (R1)

No dia 10 de fevereiro, o Ibracon reforçou a divulgação do Comunicado Técnico nº 03/2013 R1, com orientações aos auditores independentes sobre a emissão de Relatório do auditor independente e procedimentos de auditoria e de revisão requeridos quando há a reapresentação de demonstrações contábeis, informações contábeis intermediárias completas ou retificação dos valores correspondentes.

PCAOB compartilha material que consolida a percepção de mais de 300 presidentes de Comitês de Auditoria nos EUA

No dia 1º de fevereiro, o Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) lançou a publicação denominada 2020 Conversations with Audit Committee Chairs, que faz parte das iniciativas voltadas a ampliar a transparência da instituição e promover o envolvimento proativo dos *stakeholders*. A entidade entrou em contato com quase 300 presidentes de Comitês de Auditoria e, a partir do resumo das perspectivas, publicou o documento que se concentra em três tópicos principais: o auditor e as comunicações com o Comitê de Auditoria; novas normas de Auditoria e Contabilidade; e tecnologias emergentes.





Segurança jurídica na guarda de documentos

Assinatura eletrônica, armazenamento digital, legislação: o que é necessário saber para transitar sem sobressaltos em um mundo marcado pela rápida transformação tecnológica

O mundo está se tornando digital, etéreo, como se diz modernamente. Um mundo “líquido”, na concepção do sociólogo Zygmunt Bauman, que assim o define: “a crescente convicção de que a mudança é a única coisa permanente e a incerteza, a única certeza.”

E não é isso que acontece no mundo do trabalho, que já era afetado pela evolução natural dos fatos e se transformou ainda mais sob os efeitos da pandemia?

Os desafios postos ao Direito do Trabalho são colossais. Em 2000, Bill Gates já dizia que “as companhias de sucesso no futuro serão as que utilizarem ferramentas digitais para reinventar sua maneira de trabalhar”, e acrescentou que, se a empresa converter cada documento de papel em um arquivo digital, ela se tornará mais competitiva.

E hoje, em pleno século 21, não estamos vivendo a profecia de Gates?

Nascem, do dia para a noite, leis recomendando a digitalização de quase tudo no mundo do trabalho. Até a sagrada Carteira de Trabalho e Previdência Social passará a ser digital.

E vejam o que disse, no ano de 2002, também Bill Gates, sobre o “admirável mundo novo” que estava por vir:

“O papel estará conosco infinitamente, mas sua importância como meio de encontrar, preservar e distribuir informação já está diminuindo. À medida que os documentos ficarem mais flexíveis, mais ricos em conteúdo de multimídia e menos presos ao papel, as formas de colaboração e comunicação entre as pessoas se tornarão mais ricas e menos amarradas ao local em que ocorrem.”

Todas essas mudanças têm relevante impacto sobre as relações do trabalho, como facilmente se verifica. E como fica a guarda de documentos que não mais existem fisicamente? Quais os aspectos jurídicos relevantes a serem aqui considerados?

Como fica a questão da validade e segurança jurídica de documentos que antes eram armazenados fisicamente e agora passaram a ser arquivos digitais?

De acordo com Laís Silveira, especialista em Contencioso Cível nas áreas contratual e empresarial, o primeiro passo para responder a essas indagações consiste em diferenciar os tipos de assinatura eletrônica. Desse modo, podemos entender melhor as particularidades e a validade jurídica de cada uma delas:

Assinatura eletrônica: é o nome dado a todos os mecanismos que permitem a assinatura de documentos digitais com validade jurídica. Tem por objetivos identificar quem assinou o documento e validá-lo;

Assinatura digital: é um tipo de assinatura eletrônica. É a forma mais segura de assinar um documento digital, pois é certificada pela ICP-Brasil, que comprova a autoria da firma e utiliza criptografia para associar o documento assinado ao usuário. Assim, equivale a uma assinatura de próprio punho, reconhecida em cartório;

Assinatura escaneada: trata-se apenas da digitalização de uma assinatura manuscrita. Não possui validade jurídica e não é considerada uma assinatura digital.

SEGURANÇA JURÍDICA PARA OS DOCUMENTOS ASSINADOS ELETRONICAMENTE

O instrumento que confere segurança jurídica para os documentos assinados eletronicamente é a Medida Provisória 2.000-2/2001, que ainda está em vigência, uma vez que foi publicada antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, que desobriga que as Medidas Provisórias sejam convertidas em lei no prazo de 60 dias. É por essa razão que temos a vigência de uma Medida Provisória que não foi convertida em lei, ou seja, temos já praticamente uma lei em vigor, conferindo validade jurídica aos documentos assinados eletronicamente.

Foi esta mesma MP que fundou a infraestrutura de Chaves Públicas

Brasileiras (ICP-Brasil), autoridade competente para validar os contratos eletrônicos assinados digitalmente, firmados entre pessoas físicas e jurídicas.

É uma estrutura composta de um ou mais certificadores denominados de Autoridades Certificadoras (AC) que, por meio de um conjunto de técnicas e procedimentos de suporte a um sistema criptográfico baseado em certificados digitais, consegue assegurar a identidade de um usuário de mídia eletrônica, bem como a autenticidade de um documento suportado ou conservado em mídia eletrônica.

As diversas Infraestruturas de Chaves Públicas existentes hoje no mundo conseguem assegurar a autenticidade de assinaturas digitais utilizadas atualmente na rede mundial de computadores, de modo a possibilitar, com elevadíssimo grau de segurança, atestar que o usuário de e-mail, por exemplo, é realmente o emissor da mensagem, e de que o receptor seja realmente quem ele diz ser.

No caso brasileiro, a ICP-Brasil se caracteriza pela presença de um sistema hierárquico ou vertical, no qual há a presença de uma AC-raiz (papel realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), que credencia e audita as ACs pertencentes ao sistema.

Conforme alerta Laís, “em relação aos contratos eletrônicos, ainda há muitas preocupações da população em geral sobre a sua segurança. No entanto, vale ressaltar que eles são válidos perante a legislação brasileira, que não exige qualquer formalidade instrumental como condição de validade dos contratos. Temos, ainda, o princípio da liberdade das formas, assegurado pelos artigos 104 e 107, do Código Civil, que garante validade ao contrato, desde

Pontos de destaque da MP 2.000-2/2001

Art. 4o - Compete ao Comitê Gestor da ICP-Brasil:

I - adotar as medidas necessárias e ordenar a implantação e o funcionamento da ICP-Brasil;

II - estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das AC, das AR e dos demais prestadores de serviço de suporte à ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;

III - estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz; (...)

V - estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificados e regras operacionais das AC e das AR e definir níveis da cadeia de certificação; (...)

VIII - atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP-Brasil, garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança.

(...)

Parágrafo único. O par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular e sua chave privada de assinatura será de seu exclusivo controle, uso e conhecimento.

(...)

Art. 8o - Observados os critérios a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, poderão ser credenciados como AC e AR os órgãos e as entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 9o - É vedado a qualquer AC certificar nível diverso do imediatamente subsequente ao seu, exceto nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, previamente aprovados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Art. 10o - Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1o - As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2o - O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Art. 11. A utilização de documento eletrônico para fins tributários atenderá, ainda, ao disposto no art. 100 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

(...)

Art. 19. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.200-1, de 27 de julho de 2001.

que ele possua integridade (ausência de adulterações) e autenticidade (comprovação de autoria).”

O melhor exemplo de guarda de documentos digitais está na Lei Geral de Proteção de Dados, 18.853/2019. A necessidade de as empresas comprovarem que cumpriram as determinações dessa lei faz com que as mesmas tenham que observar suas obrigações trabalhistas, civis, tributárias, previdenciárias.

Outro exemplo que demonstra o atual estágio de guarda de documentos digitais é o E-Social, que pode ser definido como um Sistema

de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas que visa unificar o envio dos dados sobre trabalhadores em um site e permitir que as empresas prestem as informações uma única vez.

Tanto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) quanto o E-Social são exemplos do quanto as empresas necessitam, cada vez mais, se preocupar com a questão da guarda virtual de documentos, essenciais à sua segurança jurídica. ✓

*José Eduardo Pastore é advogado Trabalhista, consultor e palestrante.

Ibracon participa de reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada



A diretora de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional, Shirley Silva, participou da reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada por videoconferência no dia 12 de março.

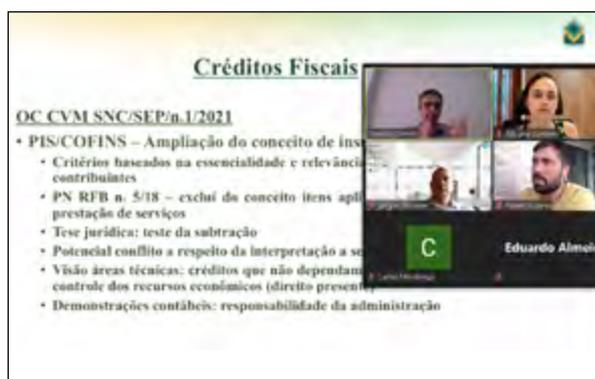
Ibracon, IBGC e IIA promovem abertura oficial da 4ª edição do curso “Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles”



No dia 10 de março, teve início a quarta edição do curso “Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles”, promovido pelo Ibracon, pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). Durante a aula inaugural do curso, com formato virtual em razão da

panدمia, o presidente da Diretoria Nacional, Valdir Coscodai afirmou que o Ibracon, o IBGC e o IIA foram assertivos no desenvolvimento em conjunto do seu conteúdo, atendendo a uma importante demanda de conhecimento do mercado. O curso tem como objetivos aprimorar e instrumentalizar a atuação do membro do Comitê de Auditoria, discutindo o papel e as responsabilidades do órgão e simulando as situações práticas enfrentadas.

Ofício Circular emitido pela CVM é debatido por especialistas em workshop



O Ibracon, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) promoveram, no dia 3 de março, um *workshop*, por videoconferência, com o objetivo de esclarecer pontos específicos do Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 01/2021. Este contém orientações sobre os aspectos relevantes que devem ser observados na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício social encerrado em 31/12/2020. Durante o evento virtual, as dúvidas dos participantes foram respondidas por Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon; Osvaldo Zaneti Favero Jr, gerente de Normas da CVM; e Rafael Suzano, membro da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis (CANC) da Abrasca.

Ibracon participa da reunião realizada pela IFAC

Francisco Sant’Anna, presidente do Conselho de Administração, e Valdir Coscodai, presidente da Diretoria Nacional, representaram o Ibracon no evento Chief Executives (CE) Fórum, promovido pela International Federation of Accountants (IFAC), nos dias 1 e 2 de março. O encontro reúne os profissionais e representantes das entidades-membro da IFAC para discutir assuntos relevantes para a profissão contábil em escala global e faz parte da programação anual da Federação. Devido à pandemia, a edição deste ano foi realizada por videoconferência.

Aula Magna para alunos de Graduação de Ciências Contábeis do Centro Universitário Senac



No dia 25 de fevereiro, Rudah Luccas, membro do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) do Ibracon, participou de palestra magna referente ao início do semestre letivo dos alunos de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário Senac – Unidade Santo Amaro. Ele abordou o processo de emissão de normas IFRS e o posicionamento do Brasil. Vale ressaltar que o Ibracon e o Centro Universitário Senac – Santo Amaro realizam ações conjuntas desde 2017.

Atualizações Técnicas para 2021 é tema de palestra conduzida pelo Ibracon

No dia 12 de fevereiro, o Ibracon ofereceu, por videoconferência, palestra sobre Atualizações Técnicas/2021 para os representantes da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis (CANC) da Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca). Leandro Ardito, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT); Marcio Rost, coordenador do Grupo de Trabalho (GT) IFRS 16; e Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon, fizeram as apresentações e destacaram os projetos relevantes envolvendo as Normas IFRS.

Os impactos da pandemia nos balanços e como divulgar: palestra sobre o tema teve participação do Ibracon

A diretora Técnica do Ibracon, Carla Bellangero, participou do painel “Os impactos da pandemia nos balanços e como divulgar”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no dia 11 de fevereiro. O painel teve como proposta discutir um dos temas que farão parte da programação da quarta edição do curso “Comitê de Auditoria, Fiscalização e



Controles”, promovido pelo Ibracon, pelo IBGC e pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Ibracon e CVM realizam reunião por videoconferência

Representantes do Ibracon reuniram-se virtualmente, no dia 2 de fevereiro, com representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o objetivo de apresentar alguns membros da nova composição do Ibracon eleita para a Gestão 2021/2023. O novo presidente da Diretoria Nacional, Valdir Coscodai, já era conhecido pela autarquia por ocupar o cargo de diretor Técnico na gestão anterior. A nova diretora Técnica do Instituto, Carla Bellangero, e o coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), Leandro Ardito, foram apresentados aos representantes da CVM: Paulo Roberto Gonçalves Ferreira, superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC), e Madson Gusmão de Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria.

Reunião com coordenadores dos GTs, Comitês e Comissões do Ibracon

Com a participação do presidente do Ibracon, Valdir Coscodai, foi realizada, em 29 de janeiro, reunião com os coordenadores dos Grupos de Trabalhos, da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) e do Comitê de Normas Contábeis (CNC), por videoconferência. O objetivo da reunião foi apresentar a nova diretora Técnica Nacional, Carla Bellangero, eleita para a Gestão 2021/2023. Adriana Caetano, gerente Técnica do Instituto, também esteve presente.

Contribuições para a história da profissão

Da criação do próprio Ibracon à concepção de novos grupos de trabalho, Antonio Carlos Nasi, Gilson Menezes e Cláudio Filippi entrelaçaram suas trajetórias ao progresso da Auditoria Independente no Brasil



Antonio Carlos Nasi
Sócio da Nardon Nasi Auditores
& Consultores

Em 1971, fui um dos fundadores do IAIB, hoje Ibracon. Naquele ano, em decorrência de problemas ocorridos nas Bolsas de Valores do País, o Banco Central (BC) tomou a iniciativa de regulamentar a auditoria independente. Sob a liderança de Francisco De Boni Neto, diretor de Mercado de Capitais do BC, as tratativas começaram a ser feitas junto ao Instituto dos Contadores Públicos do Brasil, com sede em São Paulo, e presidido pelo contador Roberto Dreyfuss, e ao Instituto Brasileiro de Auditores Independentes, com sede no Rio de Janeiro e presidido pelo contador Alberto Almada Rodrigues. Depois de muitas tratativas, os dois

Institutos se uniram e conquistaram a regulamentação, que era uma antiga aspiração das duas entidades. Na época, eu era Secretário do Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul (ICARGS), que reunia contadores da área pública e privada, muitos dos quais se dedicavam à auditoria independente, e atuários. O presidente era o professor Egon Handel. Eu e ele nos reunimos várias vezes com o Dreyfuss, com o Almada e com vários outros colegas, como Emilio Bacchi, Geraldo Ferreira da Ponte, Paulo Santos Netto e Gilson Miguel de Bessa Menezes. Juntos, começamos a formar o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB). O Bacchi ficou encarregado de elaborar os estatutos e me convidou para colaborar com ele na tarefa. Assim o fizemos, e em 13 de dezembro de 1971, na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, os estatutos foram aprovados, e a primeira diretoria, eleita.



Gilson Menezes

**Sócio administrador da Walter Heuer - WH
Auditores Independentes**

Tenho 84 anos de idade, mas estou em plena atividade na mesma firma em que ingressei aos 16. Participei do Ibracon desde sua formação, em 13 de dezembro de 1971, e fui presidente em duas gestões consecutivas: 1978 a 1980 e 1980 a 1982. Na minha primeira reunião após ser empossado presidente, examinamos a situação financeira do Instituto, que estava com dívidas. Éramos auditores e conhecedores da matéria, mas diversas alternativas foram examinadas, sem que

surgisse uma solução. Um dos vice-presidentes, de forma um tanto agressiva, falou: 'estamos aqui, buscando uma solução, enquanto o Presidente parece se divertir'. E concluiu: 'pois vamos deixar que ele resolva o problema! Declarei simplesmente que eu tinha sido eleito para isso mesmo, e encerrei a reunião. Na sequência, elaborei uma lista de empresas cujos sócios participavam do Ibracon, começando por aquela em que eu trabalhava e ainda trabalho – e que contribuiu prontamente. Fui abordando firma por firma, recebendo o apoio de todas. Com os recursos obtidos, o Ibracon liquidou todos os compromissos. Por isso eu afirmo que nós devemos às diversas firmas de Auditoria do País, algumas não mais existentes, a existência e credibilidade do Ibracon.



Cláudio Filippi

Ex-presidente da 5ª SR do Ibracon e do CRCSP

Depois de algumas experiências profissionais no início de uma carreira voltada para a área das Ciências Contábeis, fui admitido pela PwC em 1966, no escritório de São Paulo. No mesmo ano, atendi a um convite para colaborar com o escritório de Belo Horizonte, por um prazo de dois anos e meio a três anos, que acabou por se estender até meados de 1980. Foi uma época de trabalho intenso! Ao mesmo tempo, eu ministrava um curso intensivo organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visando a formação oficial dos primeiros auditores

independentes, que na época estavam cadastrados no Banco do Brasil. No período, também participei do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais (CRCMG). Anos mais tarde, presidi a 5ª SR do Ibracon. Dessa fase, acho importante destacar a criação de Grupos Técnicos especializados em Serviços Financeiros (GT 1 Bancos; GT 2 Seguradoras). Essa parte do trabalho foi relevante para a criação de um relacionamento técnico entre a autoridade supervisora e o Ibracon. Também quero destacar a importância do apoio do Ibracon ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) na preparação das grades técnicas para congressos e convenções. Além disso, como representante do Ibracon, participei durante 11 anos do CRCSP.

Gestão de Qualidade em Firms de Auditoria

A Norma ISQM-1 entra em vigor no próximo ano. Atento à necessidade de capacitar os Auditores Independentes para esse desafio, o Ibracon está desenvolvendo um programa com foco na implantação prática das novas diretrizes

Em 2022, entra em vigor a atualização do modelo de controle da qualidade da ISQC1. No Brasil, temos editada a norma equivalente pelo CFC, denominada “Controle de Qualidade para Firms de Auditores Independentes (NBC PA 01), que obriga as firms de Auditoria Independente a realizarem o gerenciamento de risco de forma integral, com atenção plena aos requisitos de governança corporativa. Trata-se da norma International Standard on Quality Management (ISQM 1), desenvolvida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) e que

preconiza a adoção de sistemas de gestão de qualidade robustos, que permitam identificar e fornecer resposta proativa aos riscos, de maneira rápida e assertiva.

Assim, ao contrário do que estabelece a atual ISQC1, a nova abordagem exigirá que a firma personalize o projeto, a implementação e a operação de seu sistema de gestão da qualidade com base na natureza e nas circunstâncias em que opera e dos trabalhos que realiza.

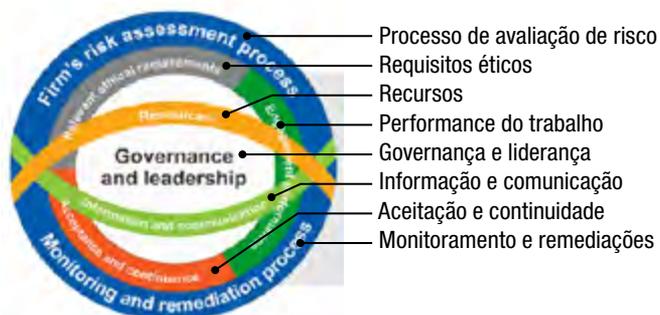
Também torna-se obrigatório que as firms de auditoria façam a transição de políticas e procedimentos que tratem de questões independentes, conforme exigido atualmente, para uma abordagem integrada que se reflita no sistema como um todo. Espera-se, dessa forma, que o novo modelo de gestão da qualidade gere múltiplos benefícios para as firms.

Como se nota, são mudanças profundas, que demandam uma série de adequações das firms de Auditoria Independente.

NOVO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO IBRACON

Partindo dessa premissa, o Ibracon iniciou o desenvolvimento do Programa ISQM 1: Gestão da Qualidade, que deverá ser credenciado no Programa de Educação

COMPONENTES DO SISTEMA DE QUALIDADE



OBJETIVOS DO PROGRAMA

■ CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PERSONALIZADA

Oferecer uma capacitação alinhada às novas exigências relativas a gestão da qualidade nas firmas de auditoria, conforme ISQM-1.

■ CONSULTORIA NO PROJETO PRÁTICO

Assessorar na implantação dos pilares da gestão da qualidade, utilizando a metodologia de projetos e disponibilizando ferramentas e consultores especializados para assessoria na implantação nas firmas associadas.

■ BRAINSTORM E TROCA DE EXPERIÊNCIAS

A metodologia tem a abordagem hands-on onde os participantes poderão trocar experiências e conhecimentos de melhores práticas através de fóruns e reuniões do programa.

■ INDICADORES DE PERFORMANCE PARA MONITORAMENTO (PROJETOS)

Compromisso com o resultado efetivo no final do projeto, dessa forma, serão implantados indicadores de monitoramento dos projetos a serem implantados.

■ ABORDAGEM COMPORTAMENTAL

O Programa reúne as principais competências comportamentais essenciais para a atuação profissional em gerenciamento da qualidade.

■ CERTIFICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Ao final do Programa, com conclusão da carga horária mínima necessária, será emitido um certificado de participação.

Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Dividido em quatro módulos que totalizam 114 horas de treinamento – das quais 20 serão dedicadas ao desenvolvimento de um projeto prático –, o programa terá início no primeiro semestre de 2021 e será voltado à formação de multiplicadores capazes de gerir e acompanhar as diretrizes de qualidade, conforme prevê a Norma ISQM-1.

De acordo com Shirley Silva, diretora de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, “o programa contribuirá para fomentar a cultura do conhecimento, por meio de uma formação de maior duração que capacitará os Auditores Independentes para a prática da gestão da qualidade”. Além disso, de acordo com a diretora, o programa enfatizará a capacitação dos participantes para que estes possam colocar efetivamente em prática os pilares da gestão da qualidade, necessários

e obrigatórios pela ISQM-1. Isto porque, como parte do Programa, as firmas inscritas terão consultoria especializada para apoiá-las na implantação de um núcleo de gestão de qualidade (NGQ). ✓

ATENÇÃO!

- As inscrições serão abertas em breve;
- Novidades poderão ser acompanhadas no Portal no Ibracon e nas redes sociais do Instituto;
- Como já ocorre com toda a grade de atividades do Ibracon, os associados poderão participar com valores diferenciados;
- O programa será todo realizado a distância.

Ibracon disponibiliza Código de Conduta Ética

Documento repudia discriminação e assédio e estabelece procedimentos rigorosos contra corrupção nas relações com terceiros, iniciativa privada e setor público.

Fomentar a boa governança sempre foi uma das bandeiras do Ibracon. Fiel a esse princípio, o Instituto lançou, no dia 29 de janeiro, o seu próprio Código de Conduta Ética, iniciativa que integra uma série de ações que reforçam a estrutura de Governança Corporativa do Instituto e ratifica os princípios e valores que, há 50 anos, norteiam sua trajetória como entidade representativa dos auditores independentes no Brasil.

Desse modo, o documento, que foi aprimorado ao longo de vários meses, é o resultado de análises, debates e reflexões acerca das melhores práticas de mercado, além de refletir os pilares que sempre pautaram a entidade e a própria atividade de auditoria independente, tais como a lisura, a transparência, a independência, a excelência e o compromisso com o interesse público.

Conforme o próprio Código reporta em seu capítulo 2, “compreender a visão e os valores institucionais do Ibracon é o primeiro passo para garantir um comportamento alinhado às diretrizes preconizadas pelo Código.”

COMISSÃO DE CONDUTA

Da mesma forma que a sociedade é dinâmica e o Ibracon deve acompanhar as transformações e o surgimento de novas demandas, o Código será submetido a revisões e adequações sempre que necessário. Para tanto, ficou instituída uma comissão específica, denominada “Comissão de Conduta”, que tem como prerrogativas: a) aperfeiçoar preceitos; b) garantir que eventuais deficiências ou omissões sejam corrigidas; c) analisar as denúncias; d) gerenciar e supervisionar

todas as etapas do respectivo processo de encaminhamento.

O objetivo do Código de Conduta Ética é servir de referência para os colaboradores, diretores estatutários, conselheiros, fornecedores, profissionais e todos aqueles que, direta ou indiretamente, atuam no Ibracon ou mantém relacionamento com o Instituto. Seu conteúdo abrange orientações relativas à conduta no ambiente de trabalho, às ações educacionais promovidas pelo Ibracon, ao relacionamento com terceiros, tais como fornecedores, parceiros, setor Público e imprensa em geral, dentre outros pontos.

CANAL DE DENÚNCIA

Paralelamente à edição do Código de Conduta Ética, o Ibracon passou a contar também com um Canal de Denúncia – aloetica.com.br/ibracon – que, sob a gestão de uma empresa especializada, está disponível para receber e tratar eventuais denúncias de atos que não estejam em conformidade com os preceitos do Ibracon e garantindo o anonimato.

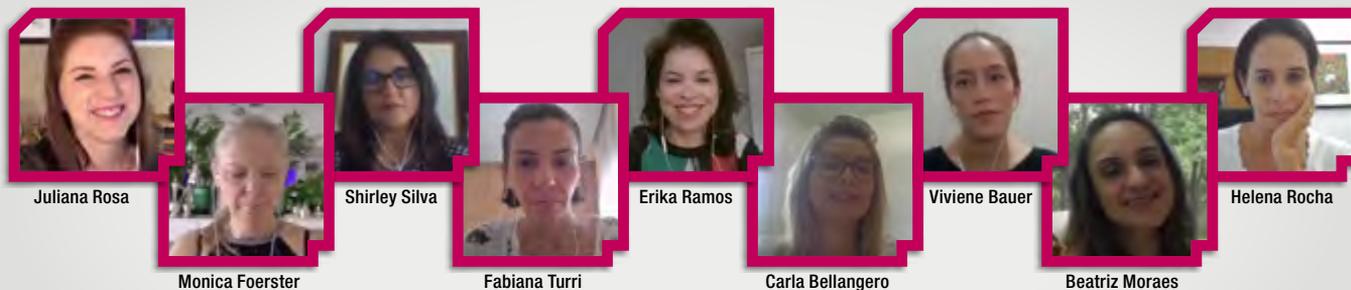
Nesse contexto, o Código de Conduta Ética estabelece parâmetros e subsídios consistentes para o atendimento ao arcabouço legal e aos anseios da sociedade, que, cada vez mais, exige integridade e transparência. ✓

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Canal de Denúncia: aloetica.com.br
Ibracon e ibracon@aloetica.com.br

Comissão de Conduta:
conduta@ibracon.com.br

Código de Conduta Ética do Ibracon:
disponível no Portal Ibracon.



Vozes femininas

Os impactos da pandemia e os desafios da profissão de Auditoria Independente foram temas de dois webinars realizados pela Ibracon

O Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, foi contemplado pelo Ibracon com dois webinars, que também integram a programação de aniversário do Instituto, que completará 50 anos no dia 13 de dezembro.

Realizados em 8 e 9 de março, os debates foram capitaneados por auditoras independentes que são sócias nas firmas de auditoria nas quais atuam e líderes em diversas instâncias do Ibracon. A mediação coube à jornalista Juliana Rosa, da GloboNews.

DESEMPREGO E PRESSÃO EXCESSIVA

O perfeccionismo feminino pode acentuar ainda mais a pressão que as mulheres sentem no contexto trazido pela pandemia de Covid-19. Além disso, em virtude das convenções sociais, elas estão mais sujeitas do que os homens a acumular funções (cuidados com o lar, os filhos, os pais idosos etc.) e a sofrer com o desemprego. Justamente por isso, é fundamental que as organizações desenvolvam meios de acolher e dar suporte.

Estas foram algumas das conclusões das debatedoras que participaram do webinar do dia 8, intitulado “A pandemia de Covid-19 e os seus efeitos sobre as mulheres no trabalho”. Participaram Beatriz Moraes, presidente da 3ª Seção Regional; Carla Bellangero, diretora Técnica do Ibracon Nacional; Erika Ramos, coordenadora do Grupo de Trabalho (GT) Seguradoras; e Monica Foerster, membro do Conselho de Administração.

Na ocasião, as debatedoras reconheceram que a pandemia acelerou a adoção de novas tecnologias e levantaram pontos positivos do trabalho virtual. Dentre eles, a “humanização” decorrente da aproximação entre os ambientes doméstico e profissional.

EMPATIA E REDE DE APOIO EFICAZ

Já o tema “Avanços e desafios para a mulher na auditoria independente” foi o assunto do webinar realizado em 9 de março, com Fabiana Turri, coordenadora do GT Capital Markets; Helena de Petribu Fraga Rocha, diretora da 2ª Seção Regional; Shirley Silva, diretora de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional; e Viviene Bauer, diretora de Administração e Finanças da 5ª Seção Regional.

Foram discutidas a ampliação da presença feminina nas firmas de Auditoria e a importância de haver mais mulheres em cargos de comando. As

debatedoras consideram que a liderança feminina serve de inspiração para as gerações que estão ingressando no mercado de trabalho, mas sua expansão depende do incremento das políticas inclusivas e de benefícios concretos, como a flexibilização do horário de trabalho.

As participantes também concluíram que o “novo normal” deve se apoiar em três pilares: a empatia, a tolerância e a convivência.

ENQUETES MOSTRAM A OPINIÃO DO PÚBLICO

No dia 8, 76% das pessoas que acompanharam o webinar apontaram que o Mental/Psicológico é o aspecto mais afetado pela pandemia. Em segundo lugar, ficou o aspecto Pessoal/Social (14%); o profissional apareceu em terceiro (10%).

Na enquete do dia 9, 42% apontaram que a principal barreira para a ascensão das mulheres na auditoria independente é a dificuldade para conciliar a vida pessoal com a grande demanda de trabalho. Para 21%, sobressai a ausência de políticas internas voltadas a promover o desenvolvimento das mulheres, enquanto 18% apontaram a falta de espaço e oportunidades. 19% responderam que não existem barreiras. ✓

Iniciativas do Ibracon contribuem para maior transparência e melhor gestão do erário

Por meio de parcerias, o Instituto vai oferecer, em 2021, Programa de Capacitação com focos nas IPSAS e curso de Auditoria no Setor Público

O Ibracon tem conduzido e participado de diversas iniciativas voltadas ao setor público.

Uma delas é a parceria firmada pelo Instituto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o objetivo de viabilizar o Programa de Capacitação nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O Programa foi oficialmente lançado no dia 3 de março, em evento virtual que contou com as presenças do presidente do Ibracon Nacional, Valdir Coscodai, e do presidente do CFC, Zulmir Breda. Na ocasião, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, ministrou a palestra intitulada A importância da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Cenário Fiscal Brasileiro.

“É gratificante constatar a coesão da Secretaria do Tesouro, do CFC, do Ibracon e de tantos outros agentes

para que nosso país cumpra com sucesso a agenda de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, as IPSAS”, disse Coscodai. “Este é um avanço que nos levará a atender aos crescentes anseios da sociedade por mais lisura, ética e transparência na gestão do erário”, assinalou o presidente do Ibracon.

De acordo com Coscodai, a cooperação do Ibracon com os entes públicos na promoção de boas práticas contribui concretamente para mitigar a corrupção e reduzir a improbidade no setor público. “E isso é muito relevante, considerando todos os males que esse grave problema tem causado historicamente ao País e seu povo”, enfatizou.

A convergência às IPSAS, lembrou Funchal em sua palestra, é essencial para garantir o alinhamento do Brasil às boas práticas internacionais; aprimorar as estatísticas fiscais; assegurar um planejamento fiscal adequado; ter, de fato, uma avaliação integral e o controle efetivo do patrimônio público; e melhorar a qualidade do gasto público.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Outra iniciativa que merece destaque é a parceria entre o Ibracon, o CFC

e o Instituto Rui Barbosa para a realização do curso Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP). O lançamento ocorreu em 25 de março e contou com as presenças de Coscodai, do presidente do Instituto Rui Barbosa, Ivan Lelis Bonilha, do vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, Aécio Dantas Júnior, e de Inaldo da Paixão Santos Araújo, vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Rui Barbosa. A palestra inaugural abordou a importância dos Relatórios de Auditoria Financeira e Auditoria de Informação Contábil dos entes públicos.

“A auditoria de excelência também é fundamental para a melhoria da gestão orçamentária e a lisura da administração estatal”, declarou Coscodai. “A proposta do novo curso vai exatamente ao encontro desses objetivos, à medida que oferece ferramentas eficazes para o desenvolvimento profissional dos servidores públicos. Assim como a aderência às IPSAS, o avanço da auditoria no setor público é um instrumento valioso para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou.

Coscodai destacou ainda que uma das missões mais significativas

do Ibracon consiste em fortalecer a confiança da sociedade na auditoria independente, difundindo a relevância da profissão em todas as suas frentes, incluindo o setor público.

SOBRE OS CURSOS

O Programa de Capacitação nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público é voltado à capacitação dos profissionais do Setor Público.

Está prevista a realização de aulas ao vivo (participação mínima em 75% das aulas) e também de aulas gravadas – neste caso, será obrigatório assistir as gravações e realização de teste final, com acerto mínimo de 75%.

De acordo com o cronograma, as aulas terão início no dia 16 de abril e serão encerradas no dia 14 de dezembro:

16 DE ABRIL

NBC TSP - Estrutura conceitual

21 DE MAIO

NBC TSP 01 - Receita de transação sem contraprestação

NBC TSP 02 - Receita de transação com contraprestação

NBC TSP 03 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

NBC TSP 04 – Estoques

10 DE JUNHO

NBC TSP 06 - Propriedade para investimento

NBC TSP 05 - Contratos de concessão de serviços públicos: concedente

28 DE JUNHO

NBC TSP 08 - Ativo intangível

NBC TSP 07 - Ativo imobilizado

NBC TSP 09 -Redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa

NBC TSP 10 - Redução ao valor recuperável de ativo gerador de Caixa

20 DE AGOSTO

NBC TSP 15 - Benefícios a empregados

17 DE SETEMBRO

NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas DCs

NBC TSP 16 - Demonstrações Contábeis Separadas

NBC TSP 17 - Demonstrações Contábeis Consolidadas

27 DE SETEMBRO

NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

NBC TSP 14 - Custos de empréstimos

NBC TSP 18 - Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto

NBC TSP 20 - Divulgação de participações em outras entidades

29 DE OUTUBRO

NBC TSP 21 - Combinações no setor público

NBC TSP 22 - Divulgação de partes relacionadas

19 DE NOVEMBRO

NBC TSP 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e erros

NBC TSP 24 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio

NBC TSP 25 - Evento subsequente

NBC TSP 26 – Agricultura

13 DE DEZEMBRO

NBC TSP 28 - Informações por segmento

NBC TSP 30 - Benefícios sociais

14 DE DEZEMBRO

Instrumentos financeiros: apresentação

Instrumentos financeiros: divulgação

Já o curso Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP) será ministrado na forma de cinco módulos gratuitos, sempre apresentados de forma remota, com início no mês de abril e conclusão no mês de setembro. A participação estará restrita aos auditores indicados pelos Tribunais de Contas.

PROGRAMAÇÃO:

25 DE MARÇO

Lançamento do curso “Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP)”

7 E 8 DE ABRIL

Módulo I - Contextualização

5 E 6 DE MAIO

Módulo II - Planejamento do trabalho

10 E 11 DE JUNHO

Módulo III – Execução do trabalho - Parte 1

30 DE JUNHO E 1º DE JULHO

Módulo III – Execução do trabalho - Parte 2

25 E 26 DE AGOSTO

Módulo IV - Relatório do trabalho

1º DE SETEMBRO

Simpósio de encerramento

Tanto o Programa de Capacitação nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público quanto o curso Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP) são gratuitos. Os participantes que cumprirem a carga horária e obtiverem o desempenho exigido receberão certificados. ✓

2ª Seção Regional

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe

Diretor de Desenvolvimento Profissional da 2ª SR participa de reunião com CEPC

Raniery Borges Marques, diretor de Desenvolvimento Profissional da 2ª SR, esteve presente à reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada no dia 12 de março, por videoconferência. Durante o encontro, os representantes da Comissão julgaram as atividades, compostas por credenciamento de cursos, eventos e capacitadoras, pedidos de justificativas de não cumprimento do Programa, dentre outros assuntos.

Diretora da Regional participa de webinar do Ibracon



No dia 9 de março, Helena Rocha, diretora da 2ª SR, foi uma das debatedoras do webinar intitulado “Avanços e desafios para a mulher na auditoria independente”. O encontro virtual fez parte da programação especial de webinars em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, além de integrar as ações de celebração aos 50 anos do Ibracon, que se completarão em 13 de dezembro. A mediação ficou a cargo da jornalista Juliana Rosa, da GloboNews.

3ª Seção Regional

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Diretor de Desenvolvimento Profissional da 3ª SR participa de reunião com CEPC

Antonio Ranha da Silva, diretor de Desenvolvimento Profissional da 3ª SR, esteve presente à reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada no dia 12 de março, por videoconferência. Durante o encontro, os representantes da Comissão julgaram as atividades, compostas por credenciamento de cursos, eventos e capacitadoras, pedidos de justificativas de não cumprimento do Programa, dentre outros assuntos.



Beatriz Moraes, presidente da 3ª SR, foi uma das debatedoras em webinar do Ibracon

Com o tema A pandemia de Covid-19 e os seus efeitos sobre as mulheres no Trabalho, o webinar realizado pelo Ibracon em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, contou com a participação da presidente da 3ª SR, Beatriz Moraes, e apresentação da jornalista Juliana Rosa, da GloboNews.

Reuniões mensais por videoconferência

Nos dias 2 de fevereiro e 2 de março, integrantes da Diretoria da 3ª SR reuniram-se por videoconferência para dar sequência às atividades de responsabilidade da Regional.

Beatriz Moraes, presidente da 3ª SR, coordenou ambos os encontros, que tiveram as participações do diretor de Administração e Finanças, Antonio Carlos Brandão de Sousa; do diretor Técnico, Paulo Buzzi Filho; do diretor de Desenvolvimento Profissional, Antonio Ranha da Silva; e dos diretores Luis Aurênio Alves Barretto, Bernardo Moreira Peixoto Neto e Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira.

4ª Seção Regional

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás

Diretor de Desenvolvimento Profissional da 4ª SR participa de reunião com CEPC

Marcos Magnusson de Carvalho, diretor de Desenvolvimento Profissional da 4ª SR, esteve presente à reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada no dia 12 de março, por videoconferência. Durante o encontro, os representantes da Comissão julgaram as atividades, compostas por credenciamento de cursos, eventos e capacitadoras, pedidos de justificativas de não cumprimento do Programa, dentre outros assuntos.

5ª Seção Regional

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª SR participa de reunião com CEPC

Renato Barbosa Postal, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª SR, esteve presente à reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de

Giro Pelas Regionais

Contabilidade (CFC), realizada no dia 12 de março, por videoconferência. Durante o encontro, os representantes da Comissão julgaram as atividades, compostas por credenciamento de cursos, eventos e capacitadoras, pedidos de justificativas de não cumprimento do Programa, dentre outros assuntos.

5ª SR do Ibracon participa de palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Marco Fabbri, presidente da 5ª SR do Ibracon, participou de debate sobre “Desafios e Oportunidades em tempos difíceis, na opinião de quem está no mercado”, promovido em 8 de março pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP). Inteiramente virtual, o encontro fez parte do evento intitulado “Universo Contábil com Elas” e foi transmitido pelo canal do Youtube da entidade. Renata Peppe, membro do Grupo de Trabalho (GT) Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon e assessora técnica no SMP Advisory Group do International Federation of Accountants (IFAC), representou o Instituto no painel intitulado “Universo Contábil com Elas”.

Diretora da 5ª SR participa de webinar do Ibracon



Viviane Bauer, diretora de Administração e Finanças da 5ª SR, foi uma das integrantes do webinar “Avanços e desafios para a mulher na auditoria independente”, realizado no dia 9 de março. Com mediação de Juliana Rosa, jornalista da GloboNews, o evento fez parte da programação especial de webinars em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, além de escopo da celebração dos 50 anos do Ibracon, a serem completados em 13 de dezembro.

5ª SR do Ibracon prestigia nova Diretoria da Anefac

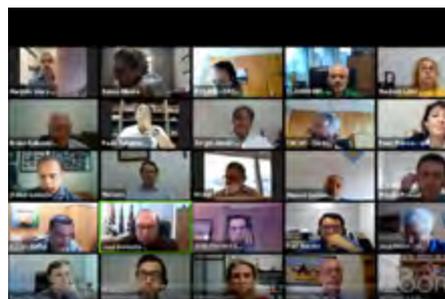
Marco Fabbri, presidente da 5ª SR, marcou presença na posse da nova Diretoria Executiva da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) – Gestão 2021/2022. A solenidade de posse aconteceu no dia 25 de fevereiro, por videoconferência.



Diretoria da 5ª SR promove reunião mensal

No dia 23 de fevereiro, a Diretoria da 5ª SR do Ibracon reuniu-se por videoconferência. Dentre os assuntos discutidos destacam-se as atividades de Educação Profissional Continuada; estratégias de aproximação com públicos de interesse; ampliação da base de associados e ações voltadas ao fortalecimento da profissão. Além de Marco Fabbri, que preside a 5ª SR e coordenou a reunião, estiveram presentes a diretora de Administração e Finanças, Viviane Bauer; o diretor Técnico, Ulysses Magalhães; o diretor de Desenvolvimento Profissional, Renato Barbosa Postal; o diretor Aderbal Alfonso Hoppe; e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral do Instituto.

Presidente da 5ª SR participa de Plenária do CRCSP



A primeira sessão plenária institucional realizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), realizada em 18 de janeiro, contou com a presença de Marco Fabbri, presidente da 5ª SR. Na ocasião, ele ressaltou que, em 2021, o Ibracon celebra 50 anos de existência. O encontro virtual foi transmitido ao vivo pelo canal do Youtube do CRCSP.

6ª Seção Regional

Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Diretor de Desenvolvimento Profissional da 6ª SR participa de reunião com CEPC

Cristiano Jardim Seguecio, diretor de Desenvolvimento Profissional da 6ª SR, esteve presente à reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizada no dia 12 de março, por videoconferência. Durante o encontro, os representantes da Comissão julgaram as atividades, compostas por credenciamento de cursos, eventos e capacitadoras, pedidos de justificativas de não cumprimento do Programa, dentre outros assuntos.

Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S –
Auditores Independentes – EPP
Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977

Ceará

Controller Auditoria
e Assessoria Contábil S/C
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700

Dominus Auditoria Consultoria
e Treinamentos S/S
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3224-6393

Distrito Federal

Audiger Auditores e Consultores
Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494

Goiás

Alianzo Auditoria e Consultoria S/S
Goiânia, GO / Tel: (62) 3087-0713

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Moore VR Auditores & Consultores S/S
Goiânia, Go / Tel: (62) 3089-0363

Minas Gerais

Baker Tilly Brasil MG Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800

Fernando Motta & Associados
Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Pará

A & C Auditoria e Consultoria S/S
Belém, PA / Tel: (91) 3199-9368

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098

Grunitzky Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9982

Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990

Pernambuco

Audimec Auditores Independentes S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3421-6069

Chronus Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251

PHF Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565

SA Leitão Auditores S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922

Rio de Janeiro

Advance Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2262-3047

Auditor Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2544-3808

Baker Tilly Brasil RJ Auditores
Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3549-5399

BKR Lopes, Machado
Auditores e Consultores
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800

Criterio Auditores e Consultores
Associados S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977

Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

RSM ACAL Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801

Uhy Bendoraytes & Cia Auditores
Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3030-4662

Rio Grande do Norte

Cass Auditores e Consultores S/S
Natal, RN / Tel: (84) 3222-3734

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes
Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores
Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Alonso Barreto e Cia Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados
Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Apice Auditores Independentes Ltda
São Paulo, SP / (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados
Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores
Empresariais Ltda
São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

Atac Auditores Independentes S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditores Independentes
São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

Audiesp Auditoria e Consultoria S/S
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados
Barueri, SP / Tel: (11) 3661-9933

AuditSafe Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2122-0203

Azevedo Auditoria e Assessoria
Contábil Ltda.
Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500

BDO RCS
São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880

As firmas estão listadas por estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

BKR Lopes, Machado
Auditores e Consultores
São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999

Caaud Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089

Cokinós & Associados Auditores
Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718

Confiance Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria
Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrim & Associados Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Macro Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes
São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte
São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000

EY
São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000

EXM Partners Assessoria Empresarial LTDA
Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores
São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398

Factual Auditores Independentes
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569

Geasc – Auditoria, Assessoria
e Serviços Contábeis Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100

Irko Hirashima
São Paulo, SP / Tel: (11) 4118-9957

Irmãos Campos e Cerbocini
Auditores Associados
São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228

JDM Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG
São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500

Moore KSM Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados
São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda.
Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores
Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377

Mazars Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Prisma
Auditoria e Consultoria
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900

Nara-Koiseki Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156

Padiani Auditores Independentes S/S
Boituva, SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S
São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores
e Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975

PGBR Rodyo's Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5082-1688

PKF Affiance Brazil Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3070-1000

PP&C Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC
São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000

Rede Auditores Independentes Ltda
Campinas, SP / Tel: (19) 2042-2430

RM Auditoria Contabil – S/S
Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5094-6060

RSM Brasil CCA Continuity Auditores
Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293

Russell Bedford Brasil Auditores
Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 4007-1219

Sacho Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes
Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040

Taticca Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000

Upwards Auditores Independentes S/S EPP
São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588

Base: março/2021



Capa: arte de Cesar Mangiacavalli.
Imagem: Fundo vetor criado por freepik - br.freepik.com

A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Secretário

Marco Aurelio de Castro e Melo

Membros

Altair Tadeu Rossato
Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Charles Kriek
Eduardo Camillo Pachikoski
Luciano Jorge Moreira Sampaio Junior
Luiz Sergio Vieira Filho
Marcelo Galvão Guerra
Marco Antonio de Carvalho Fabbri
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Monica Foerster
Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Raul Corrêa da Silva
Rogerio Costa Rokembach
Tiago de Sá Barreto Bezerra
Valdir Renato Coscodai

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Valdir Renato Coscodai

Diretora Técnica

Carla Bellangero

Diretor de Administração e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretora de Desenvolvimento Profissional

Shirley Nara Santos Silva

Diretor de Comunicação

Rogerio Lopes Mota

Diretor de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)

Adriano Rezende Thomé

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho

Carl Douglas

Cláudio Sertório

Fábio Moraes da Costa

Fernanda Queiroz Rivelli

Marco Aurelio Fuchida

Paula Pavon

Renato Souza

Rogerio Lopes Mota

Wellington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar

01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP

Fone: 55 (11) 3372-1223

www.ibracon.com.br



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 98833-4414
ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630,
sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua: Augusto Severo, 168, sala 53
Bairro Jd. São João
90240-480, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3500 1493
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methodio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br

Jornalista Responsável:

Jayme Brener (MTb 19.289)

Redação e Edição:

Cláudio Camargo
Sílvia Lakatos

Projeto gráfico e Edição de arte:

Cesar Mangiacavalli



Ser consciente transforma negócios

Os princípios de ESG sempre foram relevantes para os negócios. Hoje, são decisivos. Por isso, a KPMG utiliza abordagens práticas e inovadoras para simplificar as especificidades do tema.

Environmental, Social & Governance



#KPMGTransforma



Baixe o
nosso APP

kpmg.com.br



© 2021 KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.



PREPARADO PARA
AS **OPORTUNIDADES**
DESTE MOMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO?

AUDITORIA | CONSULTORIA

20 ANOS
BDO BRAZIL

IBDO